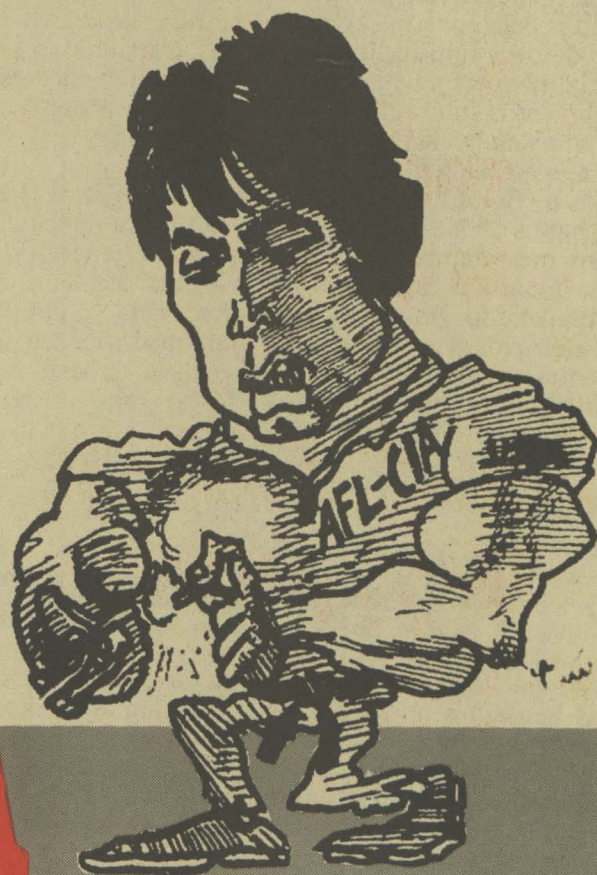


PLENÁRIA DA CGT

MAGRI E MEDEIROS APELAM PARA O BANDITISMO

Em defesa das teses direitistas do “sindicalismo de resultados”, Magri e Medeiros implodem a Plenária Nacional da CGT, no último dia 30, utilizando-se de fraudes e de gangs de provocadores. Para completar a farsa, defendem a negociação com o “centrão” na Constituinte. Em resposta, 18 CGTs estaduais condenam os métodos da máfia sindical e articulam os progressistas para interferir na crise interna da central. Pág. 6



EDITORIAL

Salada venenosa

Que interesse tem o “centrão” ao embaralhar questões de natureza tão diversa como tortura, tráfico de drogas e terrorismo num único artigo da nova Constituição?

O general Figueiredo também teve esta mesma preocupação quando, em 1979, foi forçado pelo movimento popular a assinar a anistia: forjou uma tal anistia “recíproca”, que colocava no mesmo patamar os verdugos e as vítimas, evidentemente para beneficiar os torturadores.

A tortura é qualificada internacionalmente como crime contra a humanidade, praticado pelo aparato repressivo do Estado contra os cidadãos. É também uma forma de terror do poder estabelecido contra a sociedade. A ditadura usou e abusou deste método bárbaro não só para extrair “confissões” como para intimidar as correntes oposicionistas.

O narcotráfico, ninguém nega, merece a mais severa condenação e punição. Mas é atividade de quadrilhas, com alcance e consequências muito mais restritas — e de qualidade diferente — do crime praticado pelo aparelho estatal, as Forças Armadas, as polícias e a “Justiça”.

Da mesma forma, é inconcebível comparar o terrorismo com a tortura. A começar pelo fato da interpretação desta questão ser muito complexa. A ditadura militar, por exemplo, tachava de terrorista qualquer movimento armado contra os generais. E por todo lado, os fascistas forjam esta calúnia. Assim, na Nicarágua, os sandinistas eram “terroristas”. Os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí, em El Salvador, recebem igual qualificação. Na Argentina, onde os militares fascistas assassinaram e torturaram mais de 30 mil opositores, o pretexto era a “guerra contra os terroristas”. Israel também chama os revolucionários da OLP de terroristas. É contra estes “terroristas” que o “centrão” dirige seu ódio. É contra o “crime” de usar lutar — com armas nas mãos quando

os bandidos opressores não deixam outra alternativa — que a direita se desespera. Mas mesmo no caso de grupos que, por concepções erradas, usam o terrorismo como método de luta, não há como equiparar sua atividade com o massacre praticado organizadamente pelos poderosos contra o povo.

O “centrão”, ao embolar isto tudo, numa saladinha intragável, visa, por um lado proteger os torturadores — que aliás transitam com toda desenvoltura pela Nova República — e, por outro lado, mostram os dentes para os descontentes com os rumos da nova Carta. O “Estadão”, porta-voz qualificado do que existe de mais reacionário no país, revelou muito bem este sentimento ao espelhar, em manchete, o júbilo pela inclusão do terrorismo no artigo que classifica os crimes imprescritíveis e não passíveis de anistia. E, ao mesmo tempo, silenciando solenemente sobre a tortura.

A direita tem condições de consagrar suas concepções reacionárias no texto da Constituinte. Mas — é bom que não se esqueça disto — jamais terá condições de obter respaldo junto ao povo para tais falcatruas. Os oposicionistas que tiveram a bravura de enfrentar, das formas mais radicais, a ditadura dos generais, receberam e continuam recebendo o mais caloroso apoio popular. Mas os carrascos fascistas não têm como mostrar a face em público. São execrados pela opinião pública, e continuarão a ser, protegidos ou não por normas legais, mas ilegítimas.

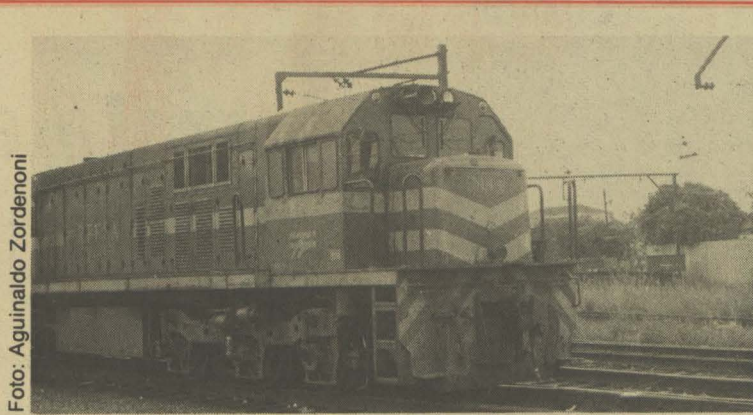
O episódio desta votação na Constituinte — com a vitória da direita — indica, mais uma vez, a urgência de retomar a mobilização popular para empurrar deputados e senadores no sentido da democracia. E de acentuar as denúncias dos inimigos do povo articulados no “centrão”. O Brasil não pode se sujeitar a normas traçadas por cúmplices da tortura.

Uma semana de reveses em Brasília

Na semana passada, o grupo reacionário venceu quase todas as votações importantes no plenário da Constituinte. Mas este êxito foi facilitado pela tática ultra-recuada que as lideranças do PMDB, PDT e PCB adotaram. Veja na página 4.

PCdoB: dez mil nas convenções do dia 31

O partido obteve quórum em todas as convenções municipais realizadas no fim do mês passado, e superou mais uma barreira rumo à legalização completa. Conheça o principal motivo deste êxito na página 3.



A locomotiva dos serviços ferroviários brasileiros está parada

Globo compra o carnaval 88

A rede do sr. Roberto Marinho, que já domina as transmissões da Copa Brasil, pretende agora ser a única do carnaval carioca nos vídeos brasileiros. Há denúncias de irregularidades nesse monopólio da divulgação da festa de Momo. Veja na página 7.

UJS realiza seu quarto congresso

1500 delegados de todo o país e representantes de movimentos juvenis do Canadá, Portugal, Inglaterra, Nicarágua e dos palestinos através da OLP, participaram durante quatro dias do 4º congresso nacional da UJS, a União da Juventude Socialista. Com quatro anos de vida e mais de 30 mil filiados, a entidade realizou o balanço de sua atividade, aprofundando vários temas específicos da juventude. Na quinta-feira dia 4, em Maceió, iniciou-se o encontro nacional da viração com cerca de 1 mil participantes. Página 8

Ferrovários ampliam greve

Com o assassinato de um funcionário da CBTU em São Paulo, na última 5ª feira por um policial, a greve dos ferroviários iniciada no dia 1º de fevereiro ganhou a adesão da última base que não havia aderido completamente ao movimento nacional. Agora, os 80 mil grevistas prometem só voltar ao trabalho com as reivindicações atendidas. Página 7

Brecht: os 90 anos do poeta e dramaturgo dos proletários

A obra de Bertolt Brecht é parte integrante do patrimônio dos proletários na sua luta por uma sociedade sem classes. Um dos pontos altos da dramaturgia universal. Página 5

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

POLÔNIA

Arrocho e disparada de preços

Mais de 3 mil poloneses realizaram uma passeata dia 31 em Gdansk contra os aumentos de preços de até 200% decretados pelo governo, os mais altos desde a imposição da lei marcial naquele país em 1981. Os alimentos subiram 40% em média; os aluguéis residenciais 100%; a gasolina 60%; as passagens de ônibus e de trens interurbanos 50%. Novas majorações foram anunciadas para abril, quando o carvão deverá ser reajustado em 200% e o gás, eletricidade e aquecimento central em 100%.

Numa iniciativa demagógica, o governo militar da Polô-

nia proclamou que também pretende conceder uma correção dos salários. Mas de apenas 20%... Com isto, ele tenciona amenizar a insatisfação dos trabalhadores, que estão preparando greves em todo país para protestar e resistir a tais medidas.

CONTRA O POVO

O pacote baixado pela ditadura do general Wojciech Jaruzelski constitui uma afronta descarada à população. Afinal, na esperança de aliciar um número suficiente de votos e forjar uma aparência democrática sobre seus métodos e

decisões, o próprio governo submeteu a plebiscito, no dia 29 de novembro, os aumentos que agora está aplicando. Foi derrotado. A maioria do povo deixou claro que não aprovava a política econômica proposta por Jaruzelski.

Na ocasião ficou mais que patente o descrédito das atuais autoridades polonesas. Agora a máscara caiu de vez. De que serviu o plebiscito realizado em novembro do ano passado? Foi somente uma brincadeira? Valeria apenas se o governo ganhasse?

É bem difícil esconder o menosprezo diante da vontade

popular. Mas os comandados do general Jaruzelski continuam tentando. Alegam que as medidas são simplesmente inevitáveis.

Na realidade, o que se pretende com o pacote é viabilizar o pagamento da dívida externa contraída pelos dirigentes da Polônia. Atualmente os débitos somam 37,6 bilhões de dólares, quantia que em relação à população — de 37 milhões — perfaz um endividamento per capita superior ao do Brasil. A receita para ajustar as coisas é a clássica, tomada de empréstimo ao FMI: promove-se o arrocho dos salários

(no caso, via aumento de preços). Conseqüentemente, há queda do consumo interno e o aumento das mercadorias “excedentes” que poderão ser destinadas à exportação.

Há anos que o povo polonês defronta-se com este problema. Em 1987 a taxa de expansão da economia caiu 2%, a produção agrícola foi reduzida em 3%. Tudo isto para garantir os lucros dos agiotas estrangeiros. Tal como ocorre por aqui e em outros países com economias dependentes. Só que lá vigora o chamado “socialismo real” dos revisionistas.

Crescimento albanês

Aumento considerável da população conjugado com melhora acelerada das condições de vida. Eis a realidade que é possível extrair de dados demográficos relativos à Albânia recentemente divulgados pela agência de notícias ATA.

Estes dados indicam, por exemplo, que entre 1957 e 87 a expectativa média de vida cresceu 16 anos, tendo ultrapassado recentemente a marca dos 71 anos (5 anos a mais que no Brasil e apenas 2 a menos que na Alemanha ou na França).

Ao mesmo tempo, e ao contrário do que tem ocorrido na maioria dos países europeus, a população cresceu continuamente, a um ritmo médio anual de 2,5%. Em consequência, aumentou o peso do setor mais jovem: quase 60% albaneses cresceram sob o regime socialista.

O avanço constante da economia e um amplo planejamento estatal garantiram que apesar disso o país mantivesse fidelidade ao princípio de pleno emprego: a cada quinquênio são criados mais de 200 mil novos postos de trabalho.

ISRAEL

Allen nervoso com sionismo neurótico

É o medo da cultura, das cabeças pensantes. No dia 2 de fevereiro o governo sionista de Israel fechou por tempo indeterminado todas as escolas e universidades da Cisjordânia. Mais de 100 mil jovens palestinos ficaram sem aulas. Só falta agora a queima de livros em praças públicas. Porque as perseguições racistas já impe-

Mas mesmo nos EUA as barbaridades cometidas contra os palestinos começam a provocar indignação.

PROTESTO NA IMPRENSA

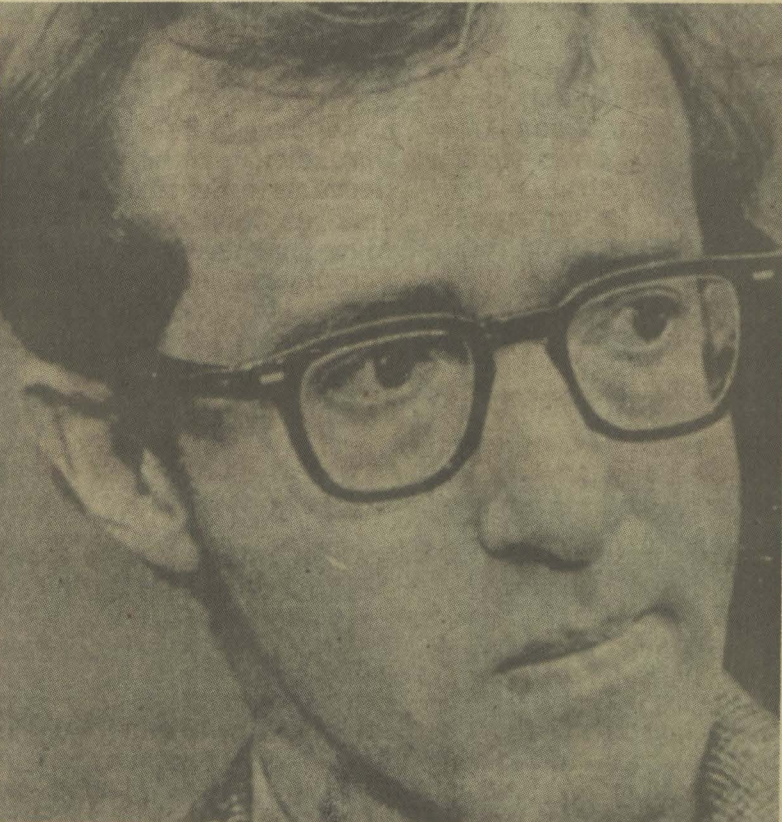
No final de janeiro, o escritor e cineasta norte-americano Woody Allen — um judeu que nunca escondeu suas simpatias pelo Estado de Israel — publicou um artigo no jornal “New York Times” confessando-se “aterrorizado além da conta com o tratamento dispensado aos palestinos em rebelião pelos judeus”.

Allen não perdeu seu fino humor: “Se sou alguma coisa, sou um covarde mal informado totalmente convencido de que tomar posição a respeito de qualquer assunto, do preço

da passagem do metrô ao comprimento da saia das mulheres, vai acabar colocando-me na frente de um pelotão de fuzilamento”.

Mas registra: “Vem cá, pessoal, vocês estão brincando? Soldados batendo nas pessoas como exemplo? Quebrar as mãos de homens e mulheres para que eles não possam mais jogar pedras? Arrastar civis de suas casas a esmo para castigá-los com porretes a fim de aterrorizar a população e submetê-la ao silêncio?”

Continua: “Mas eu estou lendo os jornais corretamente? É verdade que suprimentos de remédios e alimentos foram impedidos de chegar às comunidades rebeldes a fim de fazê-las sentirem-se ‘desconfortáveis’? Os soldados israelenses atiraram na multidão com balas de verdade, no início, e as trocaram por balas de borracha apenas depois que os EUA reclamaram? Estamos falando de brutalidade e até mesmo tortura sancionadas pelo Estado?”



O cineasta Woody Allen criticou a brutalidade do governo de Israel.

O consagrado cineasta faz um chamamento ao sentido de utilizar “todos os métodos de

pressão — moral, financeiro e político — para parar esta política errônea”.

Morte na Colômbia

Foi assassinado, dia 16 de janeiro, o líder sindicalista colombiano Argemiro Correa, vítima de um atentado terrorista paramilitar onde ficou gravemente ferido o também sindicalista Cesar Vásquez. Argemiro era vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura de Urabá e membro da Fensuagro. Assim que a notícia de sua morte correu entre os trabalhadores, o comércio e os transportes em Urabá foram paralizados. No dia do funeral, 18, centenas de operários e proletários rurais foram fazer a última homenagem ao líder assassinado.

Protesto paraguaio

O ditador do Paraguai, general Alfredo Stroessner, mandou prender cerca de 150 oposicionistas que pleiteavam liberdades democráticas, dia 31, em Assunção. Alguns dos presos foram levados em caminhões sujos com excrementos de gado, sobre os quais foram obrigados a sentar. A manifestação havia sendo convocada pelos partidos de oposição que se recusam a participar das eleições presidenciais do próximo dia 14, onde é dada como certa a reeleição do general Stroessner, há 34 anos no poder. Os partidos denunciam a corrupção, o processo eleitoral viciado e a repressão que garantem o poder do general há tanto tempo.

Repressão no Peru

Pelo menos três civis foram mortos pela polícia na repressão à greve de 24 horas realizada dia 27 no Peru. Nos choques com os repressores, um policial foi morto. A greve foi convocada pela Confederação Geral dos Trabalhadores em protesto contra a política econômica do presidente Alan Garcia e para exigir aumentos salariais de 100%. Mais de 100 pessoas foram presas e 50 ficaram feridas.

Jogos de guerra

A União Soviética gasta provavelmente de cinco a sete vezes mais recursos em armas do que admite oficialmente, mas pode ainda estar longe dos EUA e seus aliados, de acordo com um estudo divulgado por um instituto de pesquisa da Suécia. Segundo a entidade, em 1985 a URSS gastou 146 bilhões de dólares em armas, contra 205 bilhões de dólares gastos pelos Estados Unidos.

Já no ano passado, em que pese o verdadeiro bombardeio publicitário em torno do acordo entre Reagan e Gorbachev para eliminar 3% do arsenal nuclear existente, a indústria de guerra cresceu. Foram realizados, pelas duas superpotências, 40 testes nucleares, e os gastos com pesquisas científicas com fins milagres alcançaram os 80 milhões de dólares.

Espanha da amargura

Cinco anos após a chegada do PSOE ao poder, o desemprego cresceu assustadoramente na Espanha, passando de 2 milhões para 3 milhões, entre os últimos meses de 1982 e dezembro de 1987. A Espanha tornou-se, assim, um dos países com maior taxa de desemprego da Europa, além de ser um dos que têm os salários mais baixos do Mercado Comum Europeu (com exceção de Portugal e Grécia). O agravante é que apenas 30% dos desempregados recebem algum tipo de seguro-desemprego.

Os 3 milhões sem emprego representam mais de 20% da população economicamente ativa da Espanha.

PORTUGAL

Unidade para barrar pacote antioperário

Cerca de 100 sindicalistas participaram do ativo sindical nacional organizado pelo Partido Comunista (Reconstruído), de Portugal, em janeiro. No encontro foi salientada a necessidade de desmascarar e combater os projetos de revisão constitucional da direita que pretende consagrar na Constituição as exigências do grande capital português e imperialista.

Foi denunciada, igualmente, a privatização que o governo pretende realizar em várias estatais, o que “não corresponde aos anseios de desenvolvimento e estabilidade para a classe operária e restantes trabalhadores, mas favorece sim o desenvolvimento e centralização dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais”, segundo o PC(R).

Para os comunistas portugueses, “uma grande unidade, construída, é fundamental para derrotar os intentos do patronato. Uma sólida organização, baseada numa ampla de-

mocracia e numa procura constante da unidade dos trabalhadores, independentemente das diversas opções políticas, ideológicas, religiosas, e imperiosa para construir uma barreira organizada aos ataques diários às liberdades sindicais e políticas, à retirada de regalias conquistadas às condições de trabalho e bem estar dos trabalhadores”.

No ativo foi analisado o pacote trabalhista do governo social-democrata de Portugal. Com esse pacote, “o governo pretende transformar cada efetivo num contratado a prazo e cada contratado num desempregado. A segurança no emprego é atirada para o caixote de lixo. “Com base nessa análise, o PC(R) “apela à CGTP e à UGT, aos diversos partidos políticos e correntes de opinião que unam os seus esforços em ações comuns na luta contra o pacote laboral”.

Estiveram abrangidos, no ativo, os sindicatos dos metalúrgicos de Lisboa, do Sul, de



Passeata contra as medidas impatrióticas do governo social-democrata em Lisboa.

Santarém, de Aveiros, mineiros do Norte; indústrias elétricas do Norte, do Sul e Ilhas, do Centro; têxteis do Sul e do Centro; químico, ferroviários, rodoviários, fogueiros, Sindi-

cato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações; bebidas; dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas; pescadores; hotelaria;

conservas; carnes; construção civil; transportes dos Açores; trens e revisão; bancários; função pública; professores; escritórios; segurança social; agrícolas e portuários.

EQUADOR

O governo direitista de León Febres Cordero foi o grande derrotado das eleições presidenciais realizadas dia 31 de janeiro no Equador. O candidato governista, Sixto Durán Ballen, estava em terceiro lugar, depois de apurados 80% dos votos, e reconheceu publicamente sua derrota: “A proximidade com o governo me prejudicou. O povo me virou as costas”.

Rodrigo Borja, da Esquerda Democrática, com 21% e Abdala Bucaram, do Partido Rodolsista Equatoriano, com 16% dos votos, foram os mais votados. Eles concorrerão no segundo turno, em 8 de maio. Concorreram ao pleito dez candidatos a presidente, inclusive Jaime Huratdo, pelo Movimento Popular Democrático e apoiado pelo Partido Comu-

nista Marxista-Leninista do Equador.

Outros 20.696 candidatos disputaram mais 2.712 cargos, entre vereadores, prefeitos,

deputados e governadores, em todo o país. Também nessas disputadas a preferência dos mais de 4 milhões de eleitores equatorianos foi para candidatos oposicionistas.



O eleitorado de Quito foi majoritariamente oposicionista.

Tribuna Operária

Semanario Nacional

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo

Anual (52 edições) Cz\$ 2.500,00
Anual popular (52 edições) Cz\$ 1.250,00
Semestral (26 edições) Cz\$ 1.250,00
Semestral popular (26 edições) Cz\$ 625,00
Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:
Recorte este cumpom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda
Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — S. Paulo
CEP. 01318

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PCdoB

Uma grande demonstração de força

O PCdoB reúne 10 mil militantes, realiza as convenções municipais e rompe uma importante barreira no caminho de sua legalização

“Seu doutor, não adianta o senhor dizer que vai à venda e compra os mantimentos pra mim. O que eu vou fazer na cidade o senhor não faz no meu lugar. Eu tô indo votar na convenção do PCdoB”.

Com os modos simples da gente do interior mas com o ar altivo e a voz firme, o camponês Antonio Alves encarou o proprietário das terras em que trabalha, em Morrinhos, sul de Goiás, e explicou-lhe por que não se dispunha a atar o cavalo ao arado e a preparar a terra para a semeadura do milho. Então encerrou a conversa e tomou a estrada que leva à cidade.

Morrinhos, com 40 mil habitantes, é pouco mais que um vilarejo. O chamamento ao povo para que participasse da convenção do PCdoB havia sido feito através do rádio durante toda a semana, e talvez por isso o empregador de Antonio Alves tenha tentado convencê-lo, pela primeira vez em cinco anos, a trabalhar no domingo. Mas a determinação de Antonio é um bom símbolo da luta que os militantes do partido desenvolveram, no último dia 31, para superar mais um obstáculo rumo à legalização do partido. Ao final do dia, um balanço feito pela direção nacional do PCdoB indicava que 10 mil pessoas haviam seguido o exemplo do camponês goiano e participado de uma das mais de 100 convenções realizadas. Nos estados de Goiás, Rio de Janeiro, Ceará, Amazonas, Mato Grosso, Espírito Santo, Sergipe, Acre, Piauí e no Distrito Federal, este esforço coletivo levou o partido a completar inteiramente as exigências para a realização de convenções esta-

duais. E em alguns outros, como Bahia, São Paulo e Pará, o processo de constituição dos diretórios municipais registrou avanços significativos.

MISSÃO DIFÍCIL

A batalha do domingo retratado era certamente dura. Depois de ter atingido a quota legal de filiados em 9 estados, os comunistas estavam obrigados a realizar num único dia convenções municipais em pelo menos 1/5 dos municípios de cada um desses estados. E em todas estas convenções, invariavelmente fiscalizadas por um juiz eleitoral, era preciso assegurar a presença de 20% dos filiados, tarefa árdua quando se considera que o partido, pressionado pela legislação eleitoral, fez uma parcela considerável dessas filiações nos últimos três meses.

Se mesmo assim foi possível chegar a um resultado positivo, isto se deve, na opinião de Arthur de Paula, da Comissão Nacional de Organização do PCdoB, “à própria característica da campanha de filiações”. Ele explica que todo o esforço para ampliar o número de aderentes ao partido foi feito levando em consideração objetivos políticos claros e colocando em movimento as organizações de base comunistas.

“Em todos os estados — lembra Arthur — os comitês regionais foram orientados a escolher criteriosamente os municípios em que a campanha teria prioridade, optando pelos mais importantes politicamente e por aqueles em que as condições para atingir a quota mínima de filiados eram mais favoráveis.”

“Além disso — prossegue ele — o planejamento detalhado da filiação foi feito pelas organizações que o partido mantém nas fábricas, nas escolas e nos bairros populares. Estas organizações tinham instruções para filiar fundamentalmente em seus locais de atuação, e para integrar em nosso partido especialmente os ativistas políticos mais destacados e capazes.”

FILIAR OS MELHORES

A consequência foi a adesão ao partido de um conjunto de novos membros com nível político elevado. Arthur faz questão de frisar que esse aspecto foi decisivo para o bom comparecimento às convenções. E acrescenta que o grande esforço do PCdoB no plano organizativo passará a ser a incorporação efetiva destes membros à estrutura partidária.

Os fatos parecem dar razão a suas palavras. Dados à disposição dos dirigentes do PCdoB mostravam, na semana passada, que nenhuma das convenções realizadas no último domingo deixou de alcançar quórum, fato que surpreendeu até mesmo as direções regionais. E a observação em detalhes das convenções realizadas em alguns estados é suficiente para revelar traços importantes da fisionomia que o PCdoB vai assumindo.

SUCESSO EM SALVADOR

Na Bahia, por exemplo, embora as filiações tenham começado há apenas 45 dias, já há 9 mil filiações. No dia 31, elas permiti-



As convenções transformaram-se em atos políticos contra o “Centrão” e o governo Sarney. O amplo comparecimento, explica Arthur de Paula, foi consequência da elevação do nível político do partido.

ram que o partido realizasse convenções não apenas nas principais cidades do interior como também em seis das onze zonas eleitorais de Salvador, e têm contribuído para alimentar previsões otimistas acerca do desempenho do partido nas próximas eleições municipais.

No Rio, o partido chegou a enfrentar problemas com provocadores. Em Santa Maria Madalena, interior do estado, o prefeito dirigiu-se ao cartório e, contrariando todas as normas legais, apoderou-se das fichas de filiados do partido e visitou cada um, fazendo ameaças. Mesmo assim, foram realizadas 17 convenções, e estão previstas mais sete para os próximos fins-de-semana. O secretário de organização do diretório regional, Henrique Gama, ressalta que os comunistas estão organizados em municípios onde jamais havia existido o partido, e que houve vitórias consideráveis contra o anticomunismo que ainda persiste nas regiões atrasadas.

Em alguns estados, a participação ativa de camponeses no trabalho de organização do partido tem chamado a atenção. Em Goiás, eles são cerca de 60% dos novos dirigentes municipais, no Amazonas foram os principais responsáveis pela constituição de diretórios em um número de municípios 25% superior ao fixado

em lei, e no Pará garantiram a realização de convenções massivas nas cidades onde a atuação do advogado Paulo Fonteles era mais intensa.

RECUPERAÇÃO DE SÃO PAULO

Finalmente, chama a atenção o crescimento da campanha em São Paulo. Embora tenha enfrentado graves dificuldades nos últimos meses, primeiro com os reflexos da derrota nas eleições de 86 e depois devido à ação de sucessivos grupos divisionistas, o partido dá mostras de rápida recuperação. No último dia 31 foram constituídos diretórios em dez cidades do interior (inclusive Campinas, com mais de 450 mil eleitores) e em um distrito da capital.

Condicionadas pela legislação eleitoral extremamente restritiva que ainda vigora no país, as convenções oferecem, do ponto de vista formal, reduzido espaço para a militância ativa dos filiados. Participar legalmente delas equivale ao insípido ato de marcar com um xis um quadradinho, dar aval ao estatuto e ao programa do partido e aprovar a chapa proposta pela convenção municipal provisória. O mecanismo foi montado para que as cúpulas dos grandes partidos não percam o controle sobre suas bases, e os co-

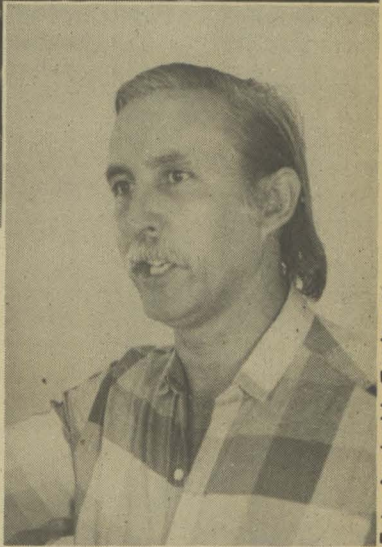


Foto: Aguiinaldo Zordenoni

munistas são obrigados a formalizá-lo, para permanecerem no cenário político legal.

DOMINGO VERMELHO

Mas enquanto preparam-se para debater profundamente a conjuntura política do país e os rumos da luta revolucionária no 7º Congresso do partido, os militantes do PCdoB aproveitaram para fazer dos atos necessários para a legalização completa do partido mais uma manifestação das batalhas em que estão empenhados.

No Ceará, relatou o correspondente da “Tribuna Operária”, as 26 convenções foram marcadas pela denúncia vigorosa do “Centrão”, da UDR e do governo Sarney. Tremularam as bandeiras com a foice e o martelo, e fizeram-se presentes lideranças locais de outras agremiações, expressando a política de unidade perseguida pelo PCdoB. Foi um verdadeiro domingo vermelho.

(Antonio Martins)

BAHIA

10 mil na festa de Jane

Uma multidão calculada em mais de 10 mil pessoas ocorreu ao bairro da Liberdade para prestigiar no último dia 29, o lançamento da candidatura de Jane Vasconcelos, do PCdoB, à reeleição para a Câmara Municipal de Salvador. Foi um lançamento específico para o bairro, onde Jane obteve sua principal votação nas eleições de 82 e que lhe garantiu o segundo lugar entre os 33 vereadores eleitos naquele ano. Intensamente ovacionada, a candidata destacou sua ligação profunda com as camadas populares da sociedade, seja trabalhando como médica, seja na direção do movimento contra a carestia.

Além dos 10 mil populares, participaram do ato o presidente regional do PCdoB, Péricles de Souza, e a deputada constituinte Lídice da Mata, bastante aplaudida quando seu nome foi citado

como candidata a prefeitura de Salvador; líderes comunitários, o bloco carnavalesco Panela Vazia e a banda Laranja Mecânica. O ato foi realizado na praça Nelson Mandela, nome dado ao plano inclinado da Liberdade numa iniciativa de Jane para homenagear o líder da luta contra o apartheid na África do Sul.

ALAGOINHAS

Com a participação de aproximadamente mil pessoas foi realizado no último dia 29 em Alagoínhas, interior baiano, um ato político que marcou a mudança de legenda do PMDB para o PCdoB do vereador Antonio Fernando Aranha. O ato político foi também contra o “Centrão” e por diretas-88.

Na oportunidade estiveram

presentes a constituinte Lídice da Mata (PCdoB-BA), deputada mais votada em Alagoínhas, Péricles de Souza, presidente regional do partido, Vandilson Costa, deputado estadual comunista, e representantes da Câmara Municipal e do PDT. O professor Luiz Gavaza, presidente do PCdoB em Alagoínhas, comandou o ato.

O deputado Vandilson Costa denunciou que Jairo Azzi, deputado estadual de Alagoínhas, participava do grupo de direita da Constituinte, o “Centrão”, e aconselhou o povo para que ficasse atento aos parlamentares desse grupo, para que nas próximas eleições não dêem seus votos a traidores. Também foi destacada pelos comunistas de Alagoínhas a necessidade de formar uma frente das forças progressistas daquela região, com vistas a enfrentar as eleições de novembro. (da surcursal)

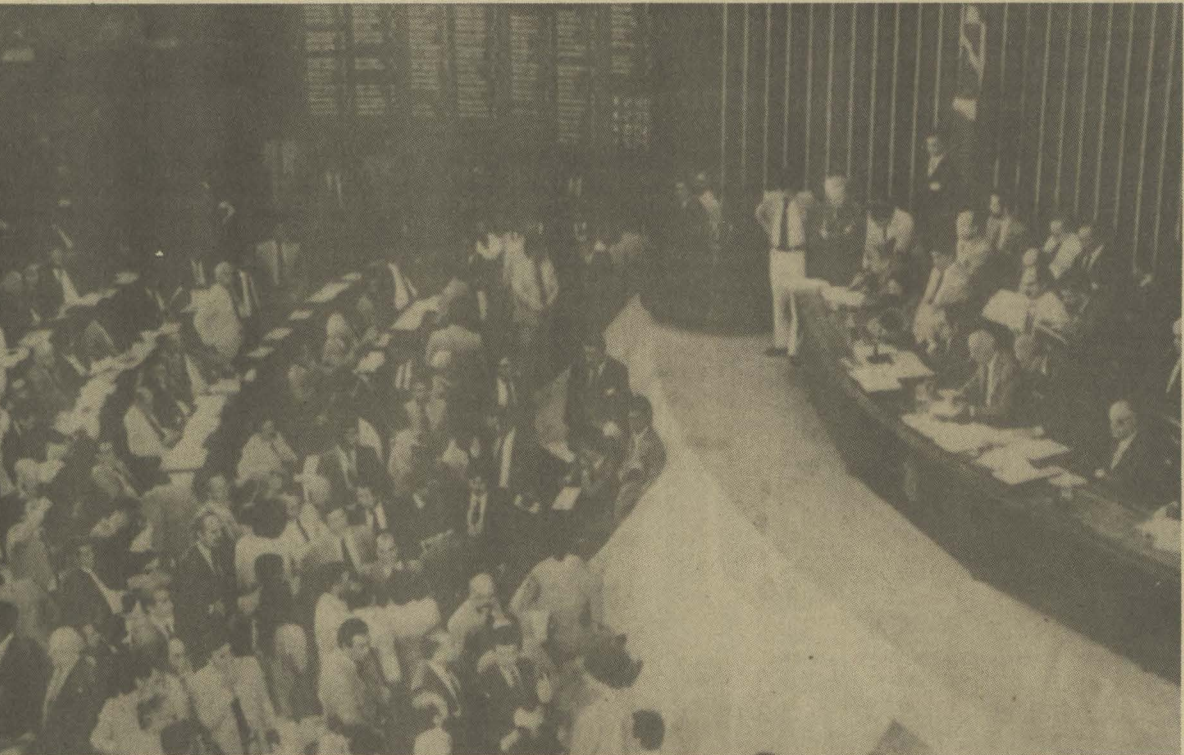
CONSTITUINTE

As posições conservadoras impuseram sua vontade nas primeiras votações do capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, realizadas na semana passada pelo plenário da Constituinte. Com exceção da emenda do deputado Matheus Iensen, que pretendia incluir no texto constitucional a expressão “direito à vida desde a concepção”, proibindo, assim, o aborto em qualquer circunstância e que foi derrotada por ampla margem de votos, os conservadores levaram vantagem em praticamente todas as suas propostas.

Numa avaliação preliminar, observa-se que a principal responsabilidade dessa vitória conservadora cabe à liderança do PMDB, que concordou em fazer um acordo para a aprovação do substitutivo do “Centrão”, ressaltados os destaques. Com isso, o texto básico da direita foi aprovado sem a necessidade de forçar uma mobilização dos centristas e os destaques que pretendem melhorá-lo não estão sendo aprovados porque o “Centrão” consegue reunir a maioria de votos contrários às propostas mais avançadas.

Acordo inviável

O PCdoB, o PT e o PSB tentaram obter um acordo mais favorável, mas diante da intransigência dos líderes do “Centrão”, que não abriam mão de suas posições em três questões essenciais do capítulo — vinculação do direito de propriedade com o direito à vida, equiparação do terrorismo à tortura como crime imprescritível e não subordinação



Ajudada pela tática defensiva do PMDB, a direita derrotou sucessivas emendas progressistas

do direito de propriedade a uma função social — abandonaram as negociações e decidiram votar contra o substitutivo do “Centrão”. Na opinião do líder do PCdoB, Haroldo Lima, os setores progressistas não podem fazer acordos políticos com o “Centrão” a qualquer preço. “Nós defendemos a busca do entendimento, mas esses acordos só devem ser firmados se representarem conquistas efetivas no texto constitucional. O acordo por princípio representa uma capitulação diante do “Centrão”, e só

serve para atenuar o desgaste desse agrupamento perante a opinião pública”, argumentou. O PMDB, o PDT e PCB preferiram selar o acordo e objetivamente ajudaram o “Centrão” a aprovar as suas propostas conservadoras, com pequenos retoques.

Assim, o substitutivo do “Centrão” ao Capítulo I do Título I foi aprovado por 377 votos contra 58 e duas abstenções, facilitando, dessa maneira, a aprovação de pontos de vista retrógrados e conservadores. Com isso, o “Centrão” não foi obrigado a

mobilizar 280 constituintes para aprovar seu texto, coisa que dificilmente conseguiria fazer.

Comportamento recuado

Aprovado o substitutivo, passou-se à votação dos destaques, e aí também prevaleceu a maioria conservadora. Logo no caput do artigo 6º, os setores progressistas tentavam recuperar o texto da Comissão de Sistematização em substituição ao texto do “Centrão” que equiparava o direito à vida com o direito de propriedade. Aqui mais uma vez a lideran-

ça do PMDB teve um comportamento recuado, e apesar do destaque ser de autoria do constituinte Nelson Jobim, um dos próceres peemedebistas, a maioria do partido votou contra, inclusive o próprio Jobim. Com isso, o destaque foi rejeitado por 319 votos contra 115 e 4 abstenções.

Além da questão do acordo, outro ponto positivo foi obtido com a aprovação da emenda do constituinte Carlos Alberto Caó, do PDT, que torna o racismo um crime inafiançável, e obteve 518 votos favoráveis e apenas 3 contrários.

Em mais uma questão considerada fundamental, o “Centrão” conseguiu uma nova vitória, rejeitando duas emendas que pretendiam alterar o texto do substitutivo centrista para diferenciar a tortura do terrorismo como crimes imprescritíveis. O “Centrão” equiparou os dois com as mesmas qualificações, inclusive acrescentando o tráfico de drogas. A emenda contrária a isso, do deputado Antonio Mariz, do PMDB, foi rejeitada por 279 votos contra 240 a favor e 6 abstenções. Com esse resultado, a tortura passa a ser equiparada ao terrorismo e ao tráfico de drogas como crimes que não prescrevem, não são passíveis de fiança e não podem ser anistiados, como queria o “Centrão”.

Estelionato eleitoral

Após a votação do destaque, do constituinte Antonio Mariz foi levantada uma importante questão de ordem que comprova o estelionato político, praticado

pelo “Centrão”. Durante as discussões da mudança do regimento, os centristas argumentavam que era um absurdo o texto da Sistematização, aprovado por 47 votos, prevalecer sobre uma suposta maioria absoluta do plenário, e propunham que toda matéria constitucional só fosse incluída no texto com 280 votos. Isso não aconteceu no caso do parágrafo 8º do artigo 6, que trata da tortura, do terrorismo e do tráfico de drogas. O destaque apresentado por Antonio Mariz teve 279 contrários, e mesmo assim o texto do “Centrão” vai prevalecer.

Os resultados dessas primeiras votações deixam claro a necessidade de se repensar a tática até agora utilizada por certa parte dos setores progressistas. Os acordos para a aprovação do substitutivo do “Centrão” só devem ocorrer se representarem efetivamente conquistas. Caso contrário, os setores progressistas estarão objetivamente ajudando o “Centrão” a aprovar suas propostas e correndo o risco de serem derrotados nas votações dos pontos não acordados. O voto contrário ao substitutivo do “Centrão” obrigará o agrupamento a colocar 280 constituintes em plenário para aprová-lo sem ajuda de outros setores, o que dificultará a sua mobilização e abrirá campo para as posições progressistas prevalecerem. Só falta a liderança do PMDB se convencer disso e passar a adotar um postura mais coerente e combativa. (Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília)

INFLAÇÃO

Feito barata tonta

O IPC, índice oficial de inflação calculado pelo IBGE, fechou em 16,51% no mês de janeiro, evidenciando que os preços estão mesmo fora de qualquer controle e a passos largos no caminho de uma hiperinflação. Já o governo aparenta perplexidade diante do fenômeno, seu comportamento é apenas comparável ao de uma barata tonta.

Semanas antes da divulgação do índice, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, mostrava-se seguro de que a alta seria inferior aos 14,1% registrados em dezembro, iniciando um processo de desaceleração que deveria prosseguir nos próximos meses. Confundiu seus desejos com a realidade e acabou sendo desmentido pelos fatos.

FRAUDES NO CIP

Na verdade, os governantes não sabem que medidas adotar para controlar os preços. As coisas tornam-se ainda mais difíceis em decorrência do alastramento da corrupção, que a esta altura parece ter envolvido todos os órgãos da máquina estatal. Assim, instituições que deveriam servir a uma política de combate à inflação, como o Conselho Interministerial de Preços (CIP), acabam fazendo o jogo dos monopólios, contribuindo para impulsionar a espiral inflacionária.

O próprio secretário-executivo do CIP, Wenceslau Magalhães, confessou, em entrevista à imprensa na última quarta-feira, que o órgão serve de “guarda-chuva protetor” das empresas, que utilizam diversos artifícios para fraudar a vigilância sobre seus preços. Ele citou o caso da indústria de cimento, que não quer sair do CIP por saber que, em regime de concorrência, os preços do produto poderão cair, dado que o setor hoje utiliza apenas 50% da capacidade instalada.

Magalhães reconheceu que os monopólios burlam o CIP comprando notas fiscais de seus fornecedores para aumentar artificialmente o custo de produção, incluindo na planilha do custo um valor de frete superior ao de mercado, financiando suas vendas para aumentar ganhos com juros, criando empresas intermediárias para obter um adicional sobre a tabela e valendo-se de outras artimanhas com a finalidade de elevar preços.

Além de ser incapaz de combater essas irregularidades, o governo está completamente confuso em relação à política antiinflacionária. Cogita-se de tudo, inclusive de um novo congelamento de preços e salários, ao estilo dos heterodoxos adotados em 1986 e 1987, que com o tempo revelaram-se retumbantes fracassos. Mas, ao menos por enquanto, as divergências a respeito são muitas e não há qualquer decisão.



ACORDO COM O BANDIDO

Muito se fala também no chamado acordo de cavalheiros, que se pretende celebrar com os grandes capitalistas. Disse o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mário Berard, que “o melhor caminho para o combate aos preços altos é o do entendimento, da negociação, do diálogo e do acordo. Foi pensando deste modo que o governo fez um convite aos empresários para discutir uma saída comum”.

Esse tipo de “solução” não é novo. Foi usado no tempo do regime militar, destacadamente pelo governo Figueiredo, e também pelo próprio Sarney. Não costuma dar certo. Para ficar em um exemplo recente, não custa recordar o destino do nobre e bem intencionado acordo feito entre o ex-ministro Dilson Funaro com os pecuaristas sobre preços e abastecimento de carne na época do Plano Cruzado. Chamou-se-lhe, à época, de um “típico acordo de cavalheiros”. Um fiasco, embora o governo tenha até encenado, sem sucesso, atos tragicômicos de caça ao bandido e ao boi pelos latifúndios brasileiros.

Alardeia-se aos quatro ventos também a “cruzada” contra o déficit público. Cantilena velha, sem maiores efeitos práticos, mesmo porque a propaganda faz vistas grossas ao aspecto essencial do problema, o caráter predominantemente financeiro do rombo das contas governamentais (veja matéria a respeito nesta página).

Ainda um outro aspecto que os

perplexos auxiliares de Sarney costumam levantar é a possibilidade de um “aperto monetário” como meio de segurar os preços. Sobre isto vale um pequeno comentário, mesmo porque há pouco o governo acabou de anunciar a intenção de estimular uma alta das taxas de juros, justificada como política antiinflacionária.

Uma política monetária restritiva, através da elevação das taxas de juros, teria o efeito de reduzir ainda mais a demanda por mercadorias e os investimentos. O diagnóstico, conseqüentemente, pressupõe que a inflação atual resulta de um crescimento da demanda e do consumo, que estariam em níveis superiores à oferta de mercadorias.

É evidente que isto não é verdade. Desde o ano passado a economia encontra-se num estado de estagflação — que combina recessão com inflação. Conforme a Federação do Comércio de São Paulo, em 1987 verificou-se uma redução das vendas da ordem de 24% sobre 1986 e 12% sobre 1985. O patamar do consumo atual é equiparável ao período de 1981-1984, quando se registrou a pior recessão da história brasileira pelo menos desde o pós-guerra.

Para este ano, as perspectivas são de aprofundamento do processo recessivo, devido a várias razões, salientando-se o indicador de queda na taxa de investimentos. Nem por isto se deve esperar uma desaceleração no ritmo de alta dos preços. Muito pelo contrário.

atual. No mínimo, o assunto fica para ser regulado pelo Código Penal. Ao mesmo tempo, deve-se intensificar e amadurecer o debate no seio da sociedade.

Querer tratar a questão do aborto sob um prisma exclusivamente religioso é um raciocínio medieval e socialmente injusto. Essa proposta forçaria a que mulheres que engravidam, vítimas de estupro, tenham de conviver com o filho gerado pelo ódio. O amor materno se misturaria com o ódio e a violência do estupro, o que é inadmissível. Entender que o aborto é um assassinato é outra argumentação retrógrada e atrasada. Assassinar é forçar mulheres jovens, famintas e com pouco preparo a lutarem para sustentar um filho que não têm nenhuma capacidade de criar.

AMPLIAR O DEBATE

Questões tão graves, sérias e profundas como essa não podem ser tratadas com passionatismo ou com lógicas religiosas meramente formais. O debate sobre o problema do aborto no Brasil precisa ganhar as ruas de todo o país e ser encarado com a seriedade que a questão exige. Enquanto isso não acontece, o novo texto constitucional não pode provocar nenhum retrocesso em relação ao tema, sob pena de estarmos comprometendo algumas conquistas já obtidas nesse terreno. Nessa situação é que se chegou ao acordo entre as mulheres de que, no máximo, pode-se aceitar a manutenção da atual legislação sobre o assunto.

DÉFICIT PÚBLICO

Encenação demagógica

Uma “fonte credenciada” do Palácio do Planalto assegurou a uma jornalista da “Gazeta Mercantil” que, desta vez, a “cruzada” do governo Sarney contra o déficit público dará certo. E explicou o motivo: “faz parte do acordo para a dívida externa, negociado nas últimas semanas com o FMI”. Ou seja, é porque o FMI ordenou.

Afora a conduta subserviente e colonizada, que já se tornou uma marca do atual governo, não é difícil notar que as novas promessas de equilibrar as contas do Estado não passam de mera demagogia, como de outras vezes. E estão orientadas por outros objetivos.

JOGO DE CENA

A recente reunião de Sarney e seus ministros, sob o pretexto de elaborar uma tática de combate ao déficit público, foi, bem mais, um jogo de cena com o fito de engabelar a opinião pública. Com efeito, dela não saiu nenhuma resolução que pudesse amenizar o problema.

DÍVIDA EXTERNA

“Um exemplo do avanço nas relações entre o Brasil e os bancos comerciais credores do país”. É o que declarou o banqueiro William Rodes do comitê de bancos credores do Brasil, a respeito do recente pagamento unilateral de 350 milhões de dólares (40% dos juros vencidos em janeiro) feito pelo governo Sarney aos bancos internacionais. O governo apresentou o fato como um gesto de boa vontade com os credores, que o consideraram, por sua vez, “um exemplo para os demais países devedores”.

Trata-se de uma atitude de completa capitulação, que enquadra-se no que o governo vem chamando de nova fase na renegociação da dívida externa. Os próximos passos serão, segundo a nota divulgada pelo Ministério da Fazenda, adotar um programa de ajustamento com o FMI e, posteriormente, pedir aos banqueiros o financiamento de parte dos juros devidos.

HIPOCRISIA

Para justificar a atual postura,

Em compensação, não faltaram argumentos mistificadores, como os renovados ataques às empresas estatais e investidas contra os salários do funcionalismo público federal, na maior parte dos casos salários miseráveis.

O jogo de aparências dos governantes não resiste à análise. Os gastos ou a pretensa ineficiência das estatais não constituem a causa do nosso gigantesco déficit público. Os que dizem o contrário, na realidade pretendem a desmoralização das ditas empresas e, com isto, abrir espaço para entregá-las mais facilmente às multinacionais. É mais que certo, igualmente, que cortes nos investimentos estatais, como vêm sendo pregados, contribuirão apenas para agravar a crise e a recessão no país.

Tampouco, e aí muito menos, são os salários, ou os reajustes, do funcionalismo que explicam o déficit, apesar das mordomias, dos marajás e dos nojosos privilégios concedidos aos militares, in-

clusive nos momentos de aumentos dos vencimentos.

Em certa medida, pode-se subtrair até mesmo a corrupção (e olhe que a pouca vergonha nesse governo do senhor Sarney está batendo recordes). A causa fundamental do déficit público no Brasil é o exagerado endividamento do governo. Os débitos públicos — externos e internos — correspondem atualmente a mais de 50% do Produto Interno Bruto (o PIB).

Estudos feitos nos ministérios oficiais (dos quais salienta-se o “livro branco do déficit público”, escrito em 1986 pelo Ministério do Planejamento) também comprovam que, se não tivesse que fazer frente aos encargos com juros e amortizações de dívidas, o governo fecharia suas contas com superávit. Os números oficiais disponíveis não deixam dúvidas: enquanto não se solucionar a questão do endividamento — especialmente a da dívida externa — também não se equacionará o déficit público. O resto é mera demagogia barata.

Exemplo de servilismo

o governo e a imprensa burguesa vêm alardeando que a moratória foi um erro, que o país perdeu credibilidade internacional e que, na verdade, houve um grande prejuízo com a suspensão parcial do pagamento dos juros da dívida.

Ao mesmo tempo, com a finalidade de vender a ideia de que a aproximação com o FMI e o futuro programa de ajustamento são boa coisa, propaganda-se que agora este organismo imperialista atende às necessidades de crescimento econômico dos países mais pobres, está mais bonzinho e coisas do gênero. Tudo isto não passa de tergiversações de entreguistas que tentam enganar o povo brasileiro.

É verdade que mesmo com a moratória parcial houve várias perdas para o país. Isto se deveu à inconsistência, à timidez, ao caráter parcial da suspensão dos pagamentos que foi adotada em fevereiro. Pois, apesar dela, o Brasil continuou pagando o principal

juros aos chamados organismos oficiais, como FMI e Banco Mundial (BIRD).

FMI e BIRD, que teoricamente serviriam para auxiliar países em dificuldades, sugaram do Brasil no ano passado respectivamente 1,1 e 1,6 bilhões de dólares. Isto mostra que, quando o Brasil adotou uma posição de certa resistência diante dos bancos privados, esses organismos passaram a enxugar recursos do país no claro propósito de forçá-lo a se render aos credores. O fato também atesta que FMI e Banco Mundial são instrumentos do imperialismo na espoliação dos povos dependentes.

A boa vontade, ou melhor, a subserviência do governo Sarney perante os agiotas estrangeiros não teve, até agora, qualquer contrapartida. Nem mesmo se cogita de algum novo empréstimo, que, de resto, pouco adiantaria ao país, visto que serviria apenas para pagar juros da dívida externa e engrossar ainda mais o valor dos débitos. (Agente da Silva)

As propostas desonrosas do “Centrão”

O que o denominado “Centrão” deseja votar e fazer na Assembleia Nacional Constituinte no que diz respeito às riquezas e potencialidades brasileiras será um crime do lesa-pátria. Eis algumas das propostas desonrosas:

1. Firms estrangeiras podem aqui explorar petróleo e depois vender o produto para nós mesmos. São os tais contratos de risco. Até os minérios raros e o gás natural deixam de ser monopólio da União. E ficam ainda retirados do controle nacional os condutos para os derivados de petróleo importado.
2. O poder público pode atrair investimentos estrangeiros , dar incentivos de todas as espécies e conceder vários benefícios e isenções.
3. Às empresas multinacionais é facultado formarem monopólios, oligopólios e cartéis e não haverá para elas a proibição de aumentos arbitrários de lucros absurdos, exagerados e mesmo os ilegais.
4. A pesquisa, a lavra e o aproveitamento de minérios ficam totalmente desnacionalizados, bem como os recursos hídricos.
5. Não constarão nem freios nem regulamentação de participação do capital alienígena no setor financeiro nacional.
6. A distribuição de derivados de petróleo, o setor mais fácil e rendoso, continuará com a Shell, Esso, Texaco e Atlantic, ao invés de ser feita por firmas e pessoas exclusivamente brasileiras.
7. O sistema de transportes é aberto indiscriminadamente ao capital estrangeiro, fato que afeta, inclusive, a segurança nacional.

Estes são os principais tópicos na ordem econômica pelos quais se comprometerá o presente e o futuro dessa nação e para sempre.

Os constituintes do “Centrão” têm o objetivo primordial de acabar de vender o Brasil. Urge, pois, a união das nossas forças patrióticas para o repúdio total.

(João Batista Berardo — escritor, autor entre outros livros de “O que é necessário saber sobre um dia na vida do Brasileiro”, recentemente editado).

Polêmica sobre o aborto

A emenda do deputado Matheus Iensen, propondo a inclusão no texto constitucional da expressão “direito à vida, desde a concepção”, trouxe para o plenário da Assembleia Nacional Constituinte a polêmica discussão sobre o aborto no Brasil. Na verdade, os setores ligados à luta das mulheres não têm posição fechada sobre essa questão. No entanto, todos têm claro que não se pode proibir o aborto e muito menos considerá-lo como crime.

A ideia de consolidar no texto constitucional a tese da proteção à vida desde a concepção é absurda, medieval e representa um grave retrocesso em relação à legislação vigente hoje no Brasil. Essa expressão significa, objetivamente, proibir na Constituição toda e qualquer hipótese de aborto, inclusive as duas atualmente admitidas — em caso de gravidez resultante de estupro ou em caso de risco de vida para a mãe.

A proposta fica ainda mais grave quando se sabe que mais de 400 mil mulheres morrem por ano no país vítimas de abortos clandestinos. Além disso, as estatísticas revelam que a maioria das mulheres que fazem aborto estão na faixa de baixa renda e têm entre 15 e 25 anos. São, portanto, pessoas jovens que ainda não têm conhecimento e domínio completo sobre seu corpo e sua sensualidade. Não sabem como evitar uma gravidez indesejada. Nesse quadro, proibir o aborto indiscriminadamente se constitui num verda-

Opinião Parlamentar

Lidice da Mata
Dep. Federal PCdoB

deiro crime contra as mulheres brasileiras.

EVITAR RETROCESSO

A questão é polêmica e precisa ser suficientemente amadurecida. Nem mesmo entre as mulheres há unanimidade ou maioria na defesa, seja da descriminalização, seja na legalização do aborto no Brasil. Porém, seria absolutamente inadmissível um retrocesso nesse assunto como pretendem alguns constituintes evangélicos. Entendemos, e essa é a posição da ampla maioria da bancada feminina na Constituinte, que não se pode dar passos atrás na legislação

VENHA “PANELAR” EM SALVADOR

Salvador é sol, é mar, é alegria, é beleza... Salvador é música! Em Fevereiro, Salvador vira Carnaval!

A melhor forma de brincar o Carnaval de Salvador é no PANELA VAZIA, o bloco mensagem, o bloco de luta, o bloco poesia. O PANELA é uma forma bonita e gostosa de satirizar, de criticar os poderosos e a situação do povo sem perder o charme, a alegria, o jeito solto e gingado do Carnaval da Bahia. É um dos blocos mais baratos, sem com isso perder a qualidade que lhe garantiu o título de campeão de 87 e diversos outros prêmios. O PANELA é integração, é amizade, é um bloco onde um sentimento, um axé muito grande, de repente une todo mundo na maior solidariedade. O PANELA é paz. São milhares watts de potência a serviço de sua alegria e do delírio coletivo sem igual que é o Carnaval da Bahia.



FAÇA SUA RESERVA JÁ! Nossos preços: até dia 07/12 - Cz\$ 2.900,00 - a partir de 08/12 - Cz\$ 3.450,00 à vista ou em prestações MAIORES INFORMAÇÕES FONE (071) 243-6492

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CARNAVALESCA

PANELA VAZIA

Centro de Documentação e Memória

“O POVO BRINCA, MAS COM O POVO NÃO SE BRINCA”

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Comunista
come criança?

Se você leu o "Estadão" do último dia 31, vai pensar que os comunistas não só comem as crianças como ainda as maltratam antes, com "sessões de tortura". Para dar um ar de credibilidade a estas desgastadas infâmias, o jornal da família Mesquita aproveitou-se de dois jovens teleguiados por Amelinha — expulsa do PCdoB em novembro. São dois "inocentes úteis"? Parece que não, estão mais para "sabidos inúteis".

CORO
ORQUESTRADO

A campanha do "Estadão" começou em dezembro, com uma reportagem, no mesmo estilo, com Amelinha. Apesar do tom claramente policialesco, tipo 007, incluindo ameaças de morte e taxando os revolucionários como os piores vilões da humanidade, não se pode menosprezar a ofensiva anticomunista. Através de provocações, mentiras e insultos, a reação procura criar um clima adverso às relações políticas dos comunistas com outras correntes. E, em particular, cavar uma brecha entre o PCdoB e forças aliadas no combate pela democracia e pela soberania nacional.

Os ataques do "Estadão" não são isolados. Em vários planos iniciativas contra os comunistas vêm crescendo. No movimento sindical, Antonio Magri e Luís Antônio, pagos em dólar, há tempos articulam golpes contra o PCdoB. Recentemente foi lançado no mercado um frasco de veneno — em forma de livro — contando uma mirabolante história sobre a chacina da Lapa. Na verdade o autor lança mão dos mais sórdidos artifícios para tentar solapar o PCdoB. Não se envergonha inclusive de abrir espaço para o traidor Jover Telles, no intuito de criar confusão. Na imprensa, geralmente o PCdoB é boicotado. Mas se aparece um renegado disposto a dizer umas tantas mentiras, merece chamada de capa.

PAVOR DA
REAÇÃO

Do ponto de vista da classe, é compreensível a preocupação da burguesia. Neste curto período desde que saiu para a legalidade, em 1985, a influência do PCdoB cresceu rapidamente. Sua política é aceita por contingentes cada dia maiores. As forças democráticas o respeitam e as alianças em torno de objetivos progressistas se expandem. No processo de conquista do registro definitivo, o PCdoB incorporou dezenas de milhares de novos filiados. Tudo isto, para o tipo de gente que o "Estadão" representa, causa verdadeiro pavor. Tiradentes, que pregava a independência, foi enforcado e esquartejado, sua casa foi destruída e o terreno salgado, para impedir a proliferação do "micróbio". Hoje, os burgueses não podem usar os mesmos métodos, mas o sentimento que têm, no fundo, é o mesmo que inspirou os carrascos daquela época. E os Silvério dos Reis também vestem roupas diferentes. Só as roupas.

FIRMEZA E
CAUTELA

No caso do "Estadão", chama a atenção a insistente afirmativa de que o partido persegue, ameaça e até coloca em perigo a vida das pessoas. Por acaso a vida confirma estas insinuações? O que se tem notícia é da morte de dezenas e dezenas de militantes nas mãos dos órgãos de repressão. E, recentemente, de combatentes como Paulo Fonteles, João Canuto, Nonatinho, Felipe, assassinados por jagunços protegidos pela "justiça". Mas sobre estes o "Estadão" prefere silenciar.

A mentira é evidentemente respondida pela prática. Mas precisa também de argumentos que a desmascare para muitos incautos que ainda se horrorizam com a palavra comunismo. E dos comunistas, exige firmeza e cautela, pois o teor das matérias indica que elas podem ser acompanhadas de outras provocações e atos de desespero.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Um santo país

O novo porta-voz da Presidência da República, ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse que qualquer denúncia de corrupção, "com um mínimo de indícios", será rigorosamente apurada pelo governo.

Belas palavras. Mas no caso mais recente, envolvendo inclusive a saída do ministro Aníbal Teixeira, que chegou a ameaçar dar nomes aos bois, o governo até hoje não percebeu nada de anormal. No caso da Ferrovia Norte-Sul, também não há nenhum indício de irregularidade. As nomeações de afilhados, a confissão pública dos líderes do "centrão" de que é dando que se recebe, nada disto configura indício de corrupção. E nos casos mais antigos, herdados do regime militar, que continuam sem solução, também não se encontrou nada que mereça punição.

Nenhum corrupto de razoável porte foi preso ou admoestado. Pode-se concluir que este é um país santificado. O próprio presidente Sarney, na carta que enviou à CNBB, reconhece que a corrupção é uma erva daninha que atacou até a Santa Sé. Lá o presidente enxergou sinais deste mal. *Mas aqui no Brasil, mesmo com o auxílio do "imaculado" SNI, jamais se chegou a uma atividade concreta que merecesse o apelido de ilícita. Por favor, quem tiver um casinho, escreva e ajude o governo.

90 anos de
Brecht, o
poeta da
revolução

Há noventa anos, no dia 10 de fevereiro de 1898, nascia em Augsburg, pequena cidade alemã, Bertold Brecht. Mais do que importante acontecimento para o teatro e para as artes progressistas do mundo, é um dia particularmente especial para a classe operária, pois nascia neste dia aquele que seria o seu maior dramaturgo e um de seus maiores poetas.

Brecht nasceu e viveu quase toda a sua juventude num bairro operário, em contato íntimo com a classe operária alemã e seus problemas. Mas não pertencia a esta classe. Pelo contrário, era filho de um abastado diretor de uma fábrica de papel, homem avaro e autoritário. A condição familiar do pequeno Brecht indicava-lhe um destino nada honroso: nascera para ocupar um lugar no mundo da produção ao lado dos exploradores. Desde cedo porém sentia que aquele não seria o seu destino. Em vez de produzir papel, preferia, escrever sobre eles, transformando folhas em branco em poesias e a poesia em armas contra a sua classe. Mais tarde escreveria:

"Eu cresci como filho
De gente abastada. Meus pais
Me colocaram um colarinho, e
me educaram
No hábito de ser servido
E me ensinaram a dar ordens.
Mais tarde, olhei em torno de mim
Não me agradaram as pessoas
da minha classe,
Nem de dar ordens, nem ser
servido.
Então deixei a minha classe e
me juntei
à gente pequena.
Assim, eles criaram um
traidor..."

A juventude de Brecht foi marcada por dois importantes acontecimentos: a guerra e a revolução. Em 1914 eclodiu a I Grande Guerra. Toda a Alemanha foi tomada por uma febre belicista. Até mesmo a direita do Partido Social Democrata adere ao espírito chauvinista da grande burguesia alemã. Mas Brecht não. No colégio, quando solicitado para fazer uma redação sob o título "Doce e honroso é morrer pela pátria" escreve: "a máxima de morrer pela pátria é apenas uma proposição tendenciosa... apenas os imbecis podem levar tão longe tal verdade". Tal ousadia enfureceu os professores, o que lhe custou a expulsão do colégio.

Adesão à revolução

A guerra devorou milhões de homens, em especial os operários. E tudo isto para que? Para alimentar a ganância de meia dúzia de grandes capitalistas. Mas em outubro de 1917, na Rússia, os operários, dirigidos pelos bolcheviques, haviam tomado o poder. A revolução triunfara sobre a guerra. As boas novas vindas do Oriente caem como uma bomba na velha Alemanha. No front os soldados se confraternizavam. Nas cidades eclodiam grandes greves operárias e surgiam os conselhos de operários e soldados. A revolução batia à porta. Diante da traição do Partido Social Democrata, os Spartakistas (comunistas), dirigidos por Karl Liebknecht e Rosa de Luxemburgo, tomam a frente dos operários em luta.

Brecht, então cursando a faculdade de Medicina, adere ao movimento, como médico num hospital militar, chegando mesmo a ser eleito para um dos conselhos operários. Mais tarde escreveria:

"Eu tinha apenas 19 anos quando ouvi falar de vossa grande revolução, tinha 20 quando vi os reflexos deste grande incêndio em minha cidade... A velha cidade foi tomada por uma população vinda dos bairros operários e ocorreu uma animação que estas ruas burguesas... não tinham nunca conhecido."

Mas a revolução alemã é derrotada. Seus principais líderes são seqüestrados e assassinados por

oficiais do Exército alemão. Triste, Brecht escreve:

"A Rosa vermelha também desapareceu
ninguém sabe onde repousa o
seu corpo
disse a verdade aos pobres
E por isso foi morta pelos
ricos."

Ainda em 1918, em meio a violentos conflitos sociais, a guerra imperialista chegava ao fim. Mas a guerra de classes continuava. A Alemanha havia sido derrotada e deveria pagar caro por esta derrota. Uma crise sem precedentes desce sobre o território alemão. A carestia de vida e o desemprego martirizam a classe operária. A fome e a morte rondam os bairros proletários. A revolução para eles continuava na ordem do dia. Brecht apresenta, em versos, a resposta operária para a crise:

"... o nosso desemprego
Não será solucionado
Enquanto os senhores não
Ficarem desempregados"

Brecht alimentava um profundo desprezo por tudo que a burguesia representava. Detestava o militarismo alemão e nutria uma simpatia até ingênua por todas as vítimas da sociedade capitalista — desempregados, prostitutas, pequenos militares, personagens de várias de suas obras; nelas sempre buscando mostrar a íntima ligação entre o submundo da sociedade capitalista e o "honroso" mundo oficial dos grandes negócios; Brecht, neste primeiro período, embora tivesse grande simpatia pelos comunistas e olhasse com bons olhos a construção do socialismo na URSS, não era um marxista. Seu socialismo era quase intuitivo.

Leitura de O Capital

No final da década de 10 adere ao movimento expressionista. Um movimento que se opunha ao fascismo mas possuía um caráter pequeno-burguês. Era fruto de um tempo de desagregação e incertezas, nascido com a derrota da revolução e o avanço gradual do fascismo. O próprio Brecht reconheceria mais tarde que "para o expressionismo o mundo não mais existia senão como a visão de uma estranha ruína, criação das almas angustiadas... tornou-se incapaz de esclarecer o mundo enquanto objeto da prática humana."

Neste período ele escreve poemas e canções, que declama e canta nos bares e cafés da cada vez mais reacionária Munich. Em 1920 ainda dentro de uma perspectiva, em certo sentido, expressionista, escreve a peça "Baal". Logo após escreve a peça "Tambores da Noite", sua primeira análise social baseada na luta de classes. Nela ele retrata as relações entre as classes, o heroísmo e a covardia, a neutralidade e o engajamento, numa única noite, a noite da revolução alemã. Refletindo posteriormente sobre o conteúdo da obra, Brecht dirá: "Os meus conhecimentos não eram o suficiente para que compreendesse a sério o que foi a insurreição do proletariado na Alemanha". Mas esta deficiência não invalida o conjunto da obra, como uma bela página da dramaturgia mundial.

Em 1928, lê "O Capital" e escreve a "Ópera dos Três Vinténs", na qual retoma o velho tema das relações existentes entre os pequenos crimes, as pequenas corrupções e o grande e respeitável crime do capital, traduzido na fala de um de seus personagens. "O que é o assalto a um banco, comparado à fundação de um Banco?"

A direita se fortalecia na Alemanha, financiada pela grande burguesia; do outro lado os operários, únicos capazes de deter o avanço do fascismo, estavam divididos e mal armados. Brecht grita a todos pulmões contra o nazismo e pela unidade da classe operária.



Brecht, poeta e dramaturgo da luta contra o capitalismo.

Relembrando estes trágicos dias, escreveria posteriormente:

"Então dissemos aos camaradas da social-democracia
Devemos aceitar que matem
nossos camaradas?
Lutem conosco numa união anti-fascista...
Camaradas reconheçam agora
que este mal menor
Que ano após ano foi usado para
afastá-los
de qualquer luta.
Logo significará aceitar os nazistas."

Poucos escutaram o seu apelo. Em janeiro de 1933 Hitler assume o poder. Prisões e torturas passavam a compor o cotidiano da vida política alemã. Livros eram queimados em praças públicas. Brecht sabia que aquilo era apenas o prelúdio de dias piores.

Exilado, vai a Áustria, depois para Suíça, a França e por fim Dinamarca:

"Expulso do meu país, tenho
que ver agora...
Vender o que possuo.
Tenho que voltar a percorrer
velhos caminhos.
Para onde vou ouço: Soletre o
seu nome?
Ah, este nome que já foi tão célebre."

No exílio, em 1935, escreve um clássico, "Terror e Miséria no III Reich". Um relato vivo da condição humana na Alemanha nazista; os reflexos do terror e da repressão política no cotidiano da sociedade e da família alemã.

Obra militante

Em 1936, os fascistas de Franco tentam derrubar o governo da Frente Popular, na Espanha. Tem início a guerra civil. Brecht escreve a peça "Os fuzis da senhora Carrar", com o objetivo de incentivar a luta dos povos contra o fascismo. O centro do drama é a discussão sobre a neutralidade e o engajamento em meio à revolução. Em 1938 escreve um outro clássico, "A Vida de Galileu", na qual discute o papel do intelectual na luta contra o obscurantismo a partir de um fato real a abjuração de Galileu diante do Tribunal da Santa Inquisição.

Os exércitos de Hitler continuam a sua marcha triunfal sobre a Europa. Apenas a URSS resiste. Brecht, em 1941, refugia-se na URSS e de lá parte para a América.

Na qual permanecerá até o fim da guerra. Na América, em 1947, é convocado a se apresentar diante do "Comitê de Atividades Anti-Americanas".

De volta à Europa em 1947, depois de uma breve estada na Suíça, transfere-se para Berlim Oriental, aonde passaria a residir. Ali funda a sua própria companhia de teatro, o "Berliner Ensemble". Em 1948 organiza uma campanha em favor do casal Rosenberg, condenado à morte nos EUA sob a falsa acusação de espionagem.

Em 1953, quando da morte de Stálin, escreve "Os oprimidos de todos os continentes... devem ter sentido seus corações pararem com a notícia da morte de Stálin... Mas as armas que ele forjou ficaram assim como permanece a doutrina, que nos permitirá forjar novas armas".

Em 1956, já no fim da vida, afirma: "Se eu morrer, não quero que meu corpo seja exposto solenemente, nem que me exibam em público. Que não haja discursos no meu enterro". Faleceu em 14 de agosto de 1956.

Brecht dedicou sua vida à luta pela emancipação dos trabalhadores. Sua obra busca ressaltar a difícil condição de vida dos homens sob o capitalismo.

Chegou inclusive a lutar ao lado dos operários alemães na revolução de 1918. Mas, contraditoriamente, não se filiou ao Partido Comunista. Ressaltava, porém:

"Mas que é o partido?
Ele fica sentado em uma casa
com telefones?
Seus pensamentos são secretos,
suas decisões desconhecidas?

Quem é ele?
Nós somos ele.
Você, eu, vocês, nós todos.
Ele veste a sua roupa, camarada,
e pensa com a sua cabeça.
Onde mora é a casa dele, e
quando você é atacado, ele luta."

A obra de Brecht desmascara na prática o discurso de intelectuais que vêm na militância política um obstáculo à realização da "verdadeira" arte. Pelo contrário, é justamente quando a arte assume uma perspectiva de classe — no caso, da classe mais revolucionária, o proletariado, transformando-se num instrumento dessa luta, que ela pode realmente se realizar enquanto arte, libertando-se dos estreitos limites a que é condenada no mundo burguês.

(Augusto Buonicore, de Campinas)

PLENÁRIA NACIONAL

Máfia sindical assalta a CGT

Num episódio sem precedentes na história do sindicalismo brasileiro, um bando de provocadores implodiu a Plenária Nacional da CGT no último dia 30, no auditório da USP. Prevendo a derrota do chamado "sindicalismo de resultados", seus encabeçadores, Antônio Magri e Luiz Antônio Medeiros, apelaram para o "banditismo sindical para tentar impor suas posições patronais e diretistas. Em resposta, 18 CGTs estaduais se retiraram da "reunião" e articulam agora uma resposta a altura para resgatar a combatividade e a unidade do movimento sindical.

Convocada no final do ano passado, a Plenária Nacional da CGT era aguardada com grande expectativa. Segundo vários sindicalistas, seria o momento do "acerto de contas" no interior da central. De um lado, os setores progressistas da entidade, respaldados nas resoluções avançadas do congresso de fundação da CGT e responsáveis pela sua dinamização na maioria dos Estados. De outro, os mentores do chamado "sindicalismo de resultado", que desde meados de 87 desgastam a imagem da CGT com suas declarações contrárias aos interesses dos trabalhadores e suas alianças espúrias com os patrões e o "centrão" na Constituinte.

Durante todo o processo de preparação da Plenária, o confronto dessas posições acirrou os ânimos dos cegetistas. Num bom número de Estados, os encontros das CGTs estaduais aprovaram o repúdio as teses do "sindicalismo de resultados". No caso do Rio Grande do Sul, decidiu-se propor a expulsão da CGT dos principais encabeçadores dessa corrente. Por essas resoluções, previa-se que a Plenária Nacional representaria um duro golpe para as correntes diretistas e possibilitaria o avanço da CGT.

Direita apela para manobras, fraudes e provocadores

Mas esta previsão foi frustrada. Temendo a amarga derrota e o isolamento no interior da central, os caciques do "sindicalismo de resultados"

resolveram apelar para manobras, fraudes e violência. Um primeiro golpe foi dado já na definição do local da Plenária. Enquanto a maioria das CGTs estaduais defendia Brasília, por ser o principal centro dos acontecimentos políticos do país, a direita impôs sua realização em São Paulo, deixando implícito que tumultuaria o evento. Para isso, contou com o voto da escassa maioria na Executiva da CGT — hoje comprometida com as teses do "sindicalismo de resultados".

A segunda manobra se deu no credenciamento dos participantes da Plenária. Conforme foi estabelecido, cada sindicato teria direito a um voto. Tendo nas mãos a secretaria-geral da CGT, a direita controlou o credenciamento dos delegados, dificultando sua fiscalização. Um dia antes da Plenária, várias CGTs estaduais denunciaram fraudes e manipulações em favor do grupo de Magri e Luiz Antônio.

Manipulado por Magri, credenciamento gera bancada artificial

Algumas irregularidades eram gritantes. Em Pernambuco, por exemplo, onde a CGT estadual controlada pela direita e pelos capachos do MR-8 é totalmente inoperante, cerca de 40 delegados foram credenciados sem possuir qualquer representatividade sindical. Até um tal de "centro cultural de saúde" teve direito a voto. Segundo um assessor de Joaquim Andrade, presidente da entidade, "é evi-

dente que esses pernambucanos de sindicalistas não têm nada, nem sequer as carteiras de sindicalizados".

Do Rio Grande do Sul, além dos três ônibus de delegados reconhecidos do Estado, veio um outro carregado de elementos que nunca foram vistos nos meios sindicais gaúchos Ricardo Baldino, ex-dirigente do MR-8 e atualmente assalariado de Magri, era o comandante desta tropa. No caso de Minas Gerais, diversos sindicalistas denunciaram que mais da metade da delegação era fraudada. Um assessor da Secretaria do Trabalho do governo Newton Cardoso, há mais de três anos afastado do sindicato, recebeu uma credencial de delegado.

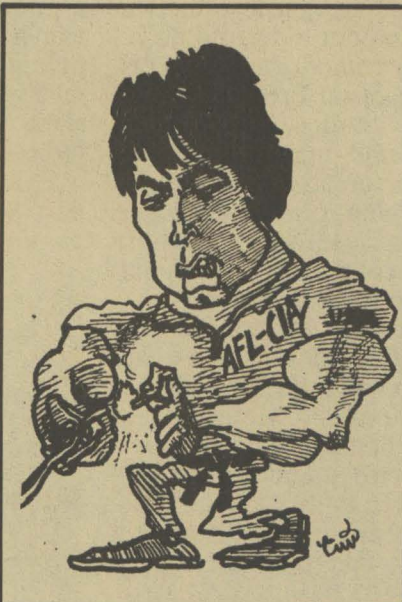
Gang de marginais invade auditório e inviabiliza plenária

Além da fraude descarada, que atrasou o início da plenária na manhã do dia 30, os dirigentes do "sindicalismo de resultados" procuraram criar um clima de terror e intimidação em frente ao auditório da USP. Iniciando a fase do banditismo sindical, eles recrutaram cerca de 200 pessoas, entre desocupados e funcionários dos Sindicatos dos Eletricitários e dos Metalúrgicos. Halterofilistas foram contratados, recebendo alimentação e diária. Muitos deles estavam visivelmente bêbados. Outros consumiam drogas nas proximidades do auditório.

Atiçado de forma irresponsável e covarde por Ubiraci Dantas, o cômico Bira da direção do Sindicato dos Metalúrgicos e do MR-8, esse bando fez inúmeras provocações. O principal alvo dessa máfia foram os dirigentes sindicais vinculados ao PC do B. Mas mesmo sindicalistas independentes, como José Carlos Schulte e Rui Calandrine — respectivamente, presidentes das CGTs do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro — foram vítimas de vaias e agressões.

18 CGTs estaduais se retiram e articulam resposta a altura

Posteriormente ficou claro que a presença ostensiva desta gang não era um fato isolado.



Portando bandeiras do Sindicato dos Metalúrgicos, bando de provocadores inviabiliza a plenária.

Fazia parte da estratégia do "sindicalismo de resultados". Quando os dirigentes dessa articulação diretistas perceberam que eram minoritários na Plenária, mesmo após as manipulações no credenciamento, o bando de marginais foi acionado. Numa ação rápida e coordenada, eles invadiram o auditório e passaram a exigir o início da "Plenária". O critério sindical de participação no encontro havia sido enterrado de vez.

A partir daí a Plenária se inviabilizou. Ainda se tentou chegar a um acordo na Executiva da CGT, para evitar um racha definitivo. Mas Magri e Luiz Antônio, amparados na maioria artificial no auditório, tentaram impor que o "círculo montado" tivesse caráter deliberativo, definindo os rumos da central. Diante de tamanho absurdo, não restou outro ca-

minho a não ser a retirada das delegações credenciadas.

José Carlos Schulte, falando em nome da maioria das CGTs estaduais, foi o primeiro a propor a retirada. Segundo explicou, "isso deixou de ser uma Plenária Sindical para se transformar numa reunião de bandidos. Não há como compor com aqueles que querem tornar a CGT uma entidade patronal, de direita". Depois dele, os presidentes das CGTs do Rio de Janeiro e do Piauí ainda tentaram discursar, mas foram impedidos. Mais da metade dos presentes se retirou. Os que saíram representavam cerca de 80% das delegações devidamente credenciadas e 18 CGTs estaduais.

No auditório ficaram basicamente duas CGTs estaduais (MG e RJ) e os provocadores

recrutados por Magri e Luiz Antônio. Joaquim Andrade, presidente da central, também ficou, adotando uma postura de cúmplice da farsa. Posteriormente, fez um discurso para agradar a platéia, elogiando a prática do "sindicalismo de resultados".

O "círculo montado" deliberou apenas sobre duas questões — deixando claro seu objetivo reacionário. Primeiro, autorizou a entidade a negociar com o "centrão" na Constituinte — "e até com o diabo se for necessário". Segundo, defendeu a manutenção da atual estrutura sindical.

Ao mesmo tempo, do lado de fora do auditório, a maioria das CGTs estaduais se reuniu para avaliar os resultados do encontro e iniciar um processo de articulação para debater os rumos da CGT. (ver matéria abaixo)

Reação das CGTs estaduais

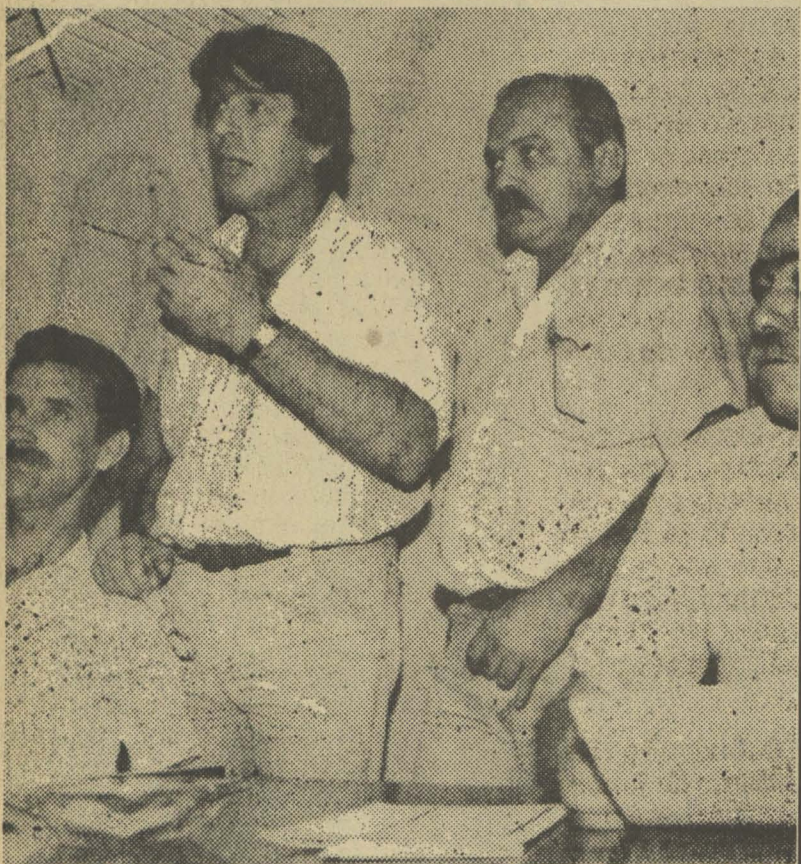
Foi imediata a resposta dos setores progressistas às manobras e ao banditismo de Magri e Medeiros, que inviabilizaram a Plenária Nacional da CGT. Na mesma manhã do dia 30, no campus do USP, 18 CGTs estaduais se reuniram de improviso e decidiram se articular para combater as posições diretistas do "sindicalismo de resultados".

O resultado desse encontro foi a decisão de manter a articulação das CGTs estaduais. No próximo dia 9, no Rio de Janeiro, haverá a primeira reunião dos presidentes das CGTs estaduais.

Segundo Sérgio Barroso, membro da Executiva da central, "há concordância que o fórum legítimo para encerrar a atual crise são as CGTs estaduais". Conforme explica, desde há muito que a Executiva não reflete as resoluções avançadas do congresso de fundação da CGT. Além disso, quando a direita investiu com força no interior da central, parcela significativa da Executiva se dobrou às pressões e chantagens de Magri e Medeiros. Em compensação, argumenta José Carlos Schulte, a maioria das CGTs criadas nos Estados adotou o progra-

ma da central e dinamizou a entidade. "Elas não podem se submeter aos golpes da direita", afirma.

Outro ponto consensual é de que inexistisse qualquer possibilidade de composição com o bando de Magri e Medeiros. "Não há como conviver com bandidos", comenta Renildo de Souza, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia. Há também uma tendência a condenar a postura de Joaquim Andrade. "Ele precisa sair de cima do muro, inclusive porque não existe mais muro", ataca Barroso.



Magri e Luiz Antônio tentam controlar a reunião; Joaquim silencia.

CONGRESSO DA ANDES

Falta de respeito às bases

O 7º Congresso Nacional da Andes, realizado em Juiz de Fora, entre 24 e 30 de janeiro, teve como questão principal a filiação ou não da entidade à CUT. Colocando-se em oposição flagrante às bases, a diretoria manobrou e conseguiu uma "filiação branca", votando em plenário o que chamou de "indicativo de filiação".

Em consulta preparatória ao Congresso, encaminhada às bases, com a pergunta: "Filiar a Andes à uma central? Qual?", os docentes responderam não, por maioria. O quadro inicial indicou: 12 ADs (associações locais de docentes) contrárias, 6 pela abstenção, 6 com voto livre e 10 favoráveis à filiação. O número de ADs contrárias aumentou à medida que novas delegações

chegavam ao congresso.

Apesar deste quadro, a diretoria inventou uma proposta denominada "indicativo de filiação à CUT", que limita a participação da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior e das ADs aos fóruns da CUT — Congressos e Departamento dos Trabalhadores de Educação. A proposta de filiação foi derrotada na plenária por 122 a 93, com 51 abstenções. Mas na votação do tal "indicativo", os delegados cutistas declararam-se descomprometidos com as decisões de suas assembleias e votaram a favor. O resultado foi 179 a favor do "indicativo", 44 contra e 28 abstenções.

O prejuízo desta atitude se fez sentir no próprio Congresso, que não conseguiu discutir assuntos importantes como a

reestruturação da universidade, análise da conjuntura e do movimento docente. Não foi aprovado qualquer plano de lutas ou cronograma de mobilização contra o "centrão" para pressionar a Constituinte. Além disso, saíram descontentes tanto os que desejavam uma filiação já à CUT, como os que eram contrários a esta medida.

De positivo, ficou aprovado o Encontro Brasileiro de Docentes, em conjunto com a CPB, para discussão de um Plano Nacional de Educação, e a proposta das duas entidades para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em articulação com o Fórum Nacional da Educação na Constituinte. (Helena de Freitas — presidente da Associação dos Docentes de Campinas)

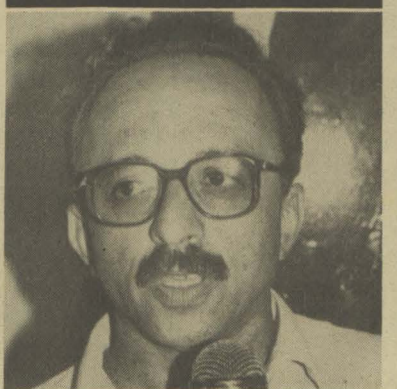
Uma alternativa de luta

A plenária da CGT foi inviabilizada pela ação provocadora e fascista de Magri, Luís Antônio e seus capangas. Essa máfia sindical elaborou plano detalhado, cujo objetivo é assaltar a direção da CGT e, a partir daí, transformá-la no centro de articulação da direita sindical e do chamado "sindicalismo de resultados".

Tal plano se encaixa na orientação geral da grande burguesia e do imperialismo de conter o movimento operário nos estreitos limites da luta econômica, e promover a colaboração de classes, visando manter o país nas atuais condições de dependência e atraso social.

Na preparação da reunião, e na sua realização, os pelegos fraudaram, trapacearam, fizeram ameaças físicas, usaram o banditismo, empregando marginais armados. Como a correlação de forças era desfavorável a Magri e Medeiros, o que levaria a uma derrota da direita na plenária, na última hora eles forçaram uma mu-

Ponto de vista sindical



Ronald Freitas

dança dos critérios de participação e, com o aval da acovardada maioria da executiva, invadiram o local do encontro com sua quadrilha, consumando o golpe.

A absoluta maioria das CGTs estaduais e dos delegados sindicais reagiu e se retirou da reunião. Só permaneceram as delegações do

Minas e Pernambuco que, além de tudo, estavam com representações fraudadas.

Estes fatos tiraram qualquer caráter legal e legítimo da reunião, e decretaram o fim da autoridade da atual executiva da CGT que, por maioria, colocou-se a serviço de Magri e Luís Antônio.

A partir de agora, cabe às CGTs estaduais realizarem, em caráter de urgência, uma reunião nacional para analisar os últimos acontecimentos e traçar os rumos da sua atividade sindical nos moldes da plataforma de Praia Grande, aprovada no Congresso de fundação da entidade, em 1986.

Nesta situação, impõe-se a unidade de todas as correntes — que atuam ou não no campo da CGT — interessadas na existência de um sindicalismo amplo, unitário, classista e combativo, independente do Estado e dos patrões, para levar adiante as bandeiras dos trabalhadores e criar uma alternativa de luta e organização do movimento sindical.



Os operários sentaram sobre os trilhos em São Paulo, mas foram desalojados pela repressão

FERROVIÁRIOS

Greve nos trilhos

O argumento do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, de que os ferroviários da rede federal em greve desde o dia 1º de fevereiro, deveriam ter esperado até a reunião do CISE — Conselho Interministerial de Salários das Estatais — revelou-se falso. Os cerca de 80 mil grévistas de todo o país já haviam esgotado sua reserva de paciência em repetidas reuniões de negociação, com acordos firmados e sistematicamente postergados pela direção da empresa. Desde maio do ano passado, os ferroviários pleiteiam a implantação imediata do Plano de Cargos e Salários — o PCS — uma reivindicação urgente para que a categoria possa suportar o peso de uma política salarial de arrocho e de suposta contenção de gastos públicos. O fato é que a tão esperada decisão do CISE veio contra os anseios dos trabalhadores: o conselho decidiu ser impossível atender as reivindicações dos grevistas (sendo que na verdade se tratava de ratificar um acordo já firmado entre a direção da Rede e as entidades sindicais), pois com a adoção do PCS, segundo os cálculos do governo, redundaria num aumento de 79,9% na folha de pagamento da RFFSA, que a empresa não teria condições de absorver. Os ferroviários, por seu turno, fêz a pergunta: como absorver o aumento vertiginoso do custo de vida e a inflação galopante?

POR TRÁS DA CORTINA
Apesar de se tratar de uma

reivindicação econômica, a ação governamental esconde um problema político: trabalhar no sentido da desestatização e denegrir, junto à opinião pública, a imagem dos órgãos estatais. É, portanto, uma luta política que não pode ser desprezada pelas lideranças sindicais. Em maio de 1987, foi celebrado um acordo coletivo entre a CBTU (Companhia Brasileira de Transportes Urbanos), a RFFSA (a Rede Ferroviária Federal) e os sindicatos de ferroviários. Na ocasião, as empresas se comprometeram a revisar o plano de cargos e salários existentes. Nesse meio tempo, o governo estimulava a venda das empresas, instituições e organismos federais, promovendo o arrocho nos salários do funcionalismo público — uma das categorias mais achatadas em seus ganhos. O governo procurou cozinhar os trabalhadores em banho-maria. Em novembro último, diante de outro acordo coletivo, o plano de cargos e salários deveria ser aplicado, já revisado, a partir de janeiro deste ano. Novamente o governo não assumiu o compromisso, concedendo apenas 18% de reajuste, sendo que o PCS previa o reajuste em torno de 60 a 70%, com efeito retroativo a maio do ano passado.

Como de promessas o inferno está cheio, os ferroviários decidiram partir para a única arma que pode favorecer o êxito de suas reivindicações: a greve.

A GREVE CONTINUA

Em assembléia realizada na última quarta-feira, o comando nacional de greve decidiu dar continuidade ao movimento considerando, nas palavras do presidente do sindicato dos ferroviários da Central do Brasil, Carlos Santana, que “o governo está mostrando desinteresse e incapacidade para solucionar os problemas dos trabalhadores”. E concluiu, “nós só vamos encerrar esta greve depois de analisar muito bem o plano de cargos e salários que o CISE pode aprovar. Eles não vão nos enganar, aprovando o PCS, mas desautorizando a implementação da tabela salarial”.

O único local onde não havia paralisação total era São Paulo, na área da CBTU principalmente, pois o transporte de carga parou na própria segunda-feira. Essa situação prevaleceu até quinta, quando um funcionário da empresa foi morto por um policial, provocando também a extensão da greve ao transporte de passageiros. A solidariedade aos ferroviários de São Paulo foi imediata e nacional. Para sexta-feira estava programada, no Rio de Janeiro, uma grande manifestação de repúdio às violências policiais e para a divulgação das bandeiras da greve junto à opinião pública. Agora, com o agravamento da situação, o movimento ganha outra projeção. A determinação do comando de greve instalado no Rio, é de só voltar ao trabalho com as reivindicações atendidas.

METALÚRGICOS DE CONTAGEM

Negociata com mandato sindical

O vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e integrante da CUT, Expedito, vendeu à empresa Belgo-Mineira — da qual era funcionário — o seu mandato sindical. No início de janeiro, Expedito abriu mão da estabilidade por 4 anos a que tem direito devido ao mandato sindical, e ainda se comprometeu a abandonar o sindicato.

Sobre Expedito já pesava a denúncia de que ele havia negociado, por baixo do pano, a indenização referente ao de-

creto 2.045 que a categoria havia perdido, e cujo processo para repor as perdas o sindicato não encaminhou. Na última eleição sindical, a chapa cutista transformou a sede do sindicato em alojamento para os seus apoiadores vindos de outros Estados. Isso levou a que o orçamento de 1987 apresentasse um rombo reconhecido de Cz\$ 20 milhões — mas calculado em torno de Cz\$ 40 milhões!

Agora Expedito vale-se das intensas disputas internas dentro do sindicato para buscar

justificar seu afastamento da diretoria. As facções do PT que compõem a atual diretoria (Convergência e PRC) chegam a confrontos físicos na portaria da Belgo.

Com isso o sindicato distanciou-se dos operários. Mas a tendência classista Rumo Metalúrgico, em seu último boletim, insistiu na necessidade da ação sindical: “Quanto mais longe ficarmos do sindicato, pior para nós, que permaneceremos desorganizados e tendo que lutar cada um por si, enquanto os patrões nos enfrentam unidos”. (da sucursal)

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo - SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Joffily
ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2º andar, sala 32 — CEP 69900
ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobrelôja CEP 57000
Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000
AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6644 — CEP 69000
BAHIA: Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 — CEP 42.800
Feira de Santana: Av. Sr. dos Passos, nº 1399 — 2º andar — sala 1415 — CEP 44100

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928 1º andar sala 1 — Centro — CEP 45600. **Itapetininga:** Av. Santos Dumont, 44 1º andar Centro. **Juazeiro:** Rua Américo Alves, 6-A CEP 44060. **Paratinga:** Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500. **Salvador:** R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000. **Simões Filho:** Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimesf) — CEP 43700
DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202
CEARÁ — Fortaleza: Av. Tristão Gonçalves, 789 CEP 60000. **Iguatú:** Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500. **Sobral:** Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100
ESPIRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300. **Vitória:** Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020
GOIÁS — Goiânia: Rua 3, nº 380 casa 6 CEP 74000. **Anápolis:** Rua 14 de ju-

Iho, 821 Centro — CEP 77100
MARANHÃO — São Luís: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000
MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095
MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010
MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000
PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000
PARAIBA — João Pessoa: Pça. 1817 nº 116 2º andar Centro CEP 58020

COTOXÓ (ES)

Resistindo ao latifúndio

Em Cotaxé, Espírito Santo, onde na década de 60 houve choques armados entre posseiros e a Polícia Militar, provocando inúmeros mortos e dezenas de feridos, 14 famílias estão ameaçadas de expulsão e destruição de suas plantações. Segundo José Sabino dos Santos, 49 anos, seis filhos, o latifundiário Antônio Leão Fernandes disse-lhe que irá soltar sua boiada no local ocupado desde 1982, para acabar com o cultivo de hortaliças, bananeiras e mandiocas.

O caso agravou-se a partir do ano passado, quando o STR de Ecoporanga fez um acordo sem a participação dos posseiros. O acordo previa a desocupação da área de 3 alqueires sem indenização alguma. Na ocasião, o juiz daquela cidade deu um prazo de 12 meses para as 14 famílias deixarem a área, prazo que venceu no último dia 31.

Neste período, afirma José Sabino dos Santos, diversas tentativas foram feitas junto às autoridades para que não ocorresse a expulsão dos colonos, que contam com o apoio do deputado João Martins, do PCdoB. Há cerca de 3 meses foi realizado um encontro com o governador Max Mauro, que prometeu à comissão que o visitou solucionar o problema com brevidade.

FALSAS PROMESSAS

“O governador nos prometeu mandar uma equipe para ver a terra e depois comprá-la, dividindo-a entre os posseiros”, conta José Sabino. Porém, Max Mauro limitou-se a encaminhar uma carta, a ele endereçada por Sabino, ao Incra e à Secretaria da Agricultura.

Enquanto esperam uma solução do governo, os posseiros

não deixam de buscar outros caminhos. Um deles é a formação da Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Ecoporanga, que já conta com 30 famílias filiadas. A entidade funciona em caráter provisório.

A área ocupada fica numa elevação perto de uma montanha e entre duas pedras gigantescas. Os ocupantes tiraram tocos de árvores e pedras e aproveitam a água do córrego para irrigar a terra. Agora, estão ameaçados de perdê-la. Estão lutando na lei: “Vamos mandar o advogado requerer ao Tribunal a nossa permanência na área. Se isto não acontecer e não recebermos o que plantamos, vamos buscar outras formas de lá permaneceremos”, afirma Nelsino Silvano de Oliveira, 45 anos, cinco filhos e um dos líderes dos sem terra. (Clóves Geraldo, da sucursal)

CARNAVAL

Vítima do “padrão global”

Interesses poderosos estão por trás do monopólio da Globo sobre o carnaval carioca neste ano. A Liga das Escolas de Samba vendeu o direito de transmissão ao empresário Marcos Lázaro, por 800 mil dólares. Lázaro revendeu o direito (já que ele não tem emissora de TV e sequer o dinheiro para pagar a compra, segundo confessou) à Rede Globo por 1 milhão e 140 mil dólares. Um negócio da China.

Com isso, só a Globo poderá transmitir o desfile das escolas no Sambódromo. A Rede Manchete entrou com recurso na Justiça, exigindo a anulação do contrato, alegando a não ocorrência de licitação, como determina a Liga das Escolas de Samba, e ainda embasada no parecer do pro-

curador geral do Estado, dr. Seabra Fagundes, que considera ilegal o acordo que envolve Marcos Lázaro e a Globo.

Segundo Alan Caruso, da TV Manchete, a monopolização da transmissão do desfile fere o artigo 160 da Constituição e o artigo 35 da lei 4.117, de 1962, ainda em vigor. Esta lei proíbe a exclusividade por particulares na transmissão de eventos patrocinados por órgãos públicos — E o desfile das escolas de samba é patrocinado pela Riotur.

Em decorrência do monopólio, o telespectador ficará ao sabor dos caprichos da Globo. No domingo de carnaval, por exemplo, a transmissão terá início às 19 horas. Já na segunda, as escolas de samba só aparecerão no vídeo a

partir das 21 horas, após a novela “Mandala”.

E o monopólio global vai abrangendo mais e mais aspectos da vida nacional. Depois de açambarcar o futebol, no ano passado, criando a “Copa Brasil” que esvaziou por completo outros campeonatos e forçou os brasileiros a só verem futebol após às 21h30, quando termina a novela, a Globo se expande também sobre o carnaval. O telespectador fica sujeito às manipulações e tendenciosidades da poderosa empresa do sr. Roberto Marinho. Uma rede de comunicação que dita comportamentos, gostos, o que os brasileiros devem ou não devem saber, na versão que mais interessa à burguesia monopolista e imperialista. É o Brasil à mercê do “padrão global”.



O telespectador ficará sujeito aos caprichos da Globo para ver o carnaval do Rio de Janeiro

AERONAUTAS

Operários paralisam a Embraer

Teve início dia 3 a greve na linha de produção da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), em São José dos Campos, São Paulo. Os 12 mil

operários reivindicam reajuste salarial de 52%, como recuperação de perdas, e uma antecipação de 15% do dissídio coletivo de abril próximo. A Em-

braer alega que, como empresa estatal, está legalmente impedida de conceder reajustes fora da data-base.

Tribuna Operária

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117 1º andar Centro CEP 58100
PARANÁ — Curitiba: Rua Saldanha Marinho, 370 2º andar CEP 80000 Fone: 222-9120. **Londrina:** Rua Sergipe, 984 sala 206 2º andar CEP 86100
PIAUÍ — Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1459 Fone: 222.2044 CEP 64000
PERNAMBUCO: Cabo: Rua Vigário Batista, 236 CEP 54500. **Garanhuns:** Rua Dantas Barreto, 5 sala 1 Centro CEP 55300. **Recife:** Rua do Sossago, 221, Boa Vista CEP 50750
RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Jundiá, 420-A CEP 59000 — Cid. Alta

gre: Rua Vlg. José Inácio, 687 3º andar CEP 90020. **Caxias do Sul:** Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100. **Canoas:** Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100. **Cruz Alta:** Rua João Manoel, 433 CEP 98100. **Pelotas:** Rua Tiradentes, 2394 1º andar CEP 96010. **Santa Maria:** Rua Mal. Floriano Peixoto, 1357 Fundos — CEP 97100. **Novo Hamburgo:** Rua Lucas de Oliveira, 96 sala 6 CEP 93510. **Rio Grande:** Rua Gal. Vitorino, 746-A CEP 96200
RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 2º andar Fone: 252-9935 CEP 20000 — **Niterói:** Av. Amador Peixoto 370 sala 808 Centro — CEP 24000. **Duque de Caxias:** R. Nunes Alves, 40 sala 101 CEP 25000. **Nova Iguaçu:** Trav. Renato Pedrosa, 38 sala 319 CEP 26000
SANTA CATARINA — Florianópolis: Pça. XV de Novembro, 21 sala 705 Caixa Postal 1231 CEP 88075
SÃO PAULO — São Paulo: Rua Condessa de São Joaquim, 272 Fone 277-

3322 CEP 01318 Bela Vista. **Americana:** Av. Dr. Antônio Lobo, 281 sala 6 CEP 13470. **Botucatu:** R. Armando de Barros, 817 1º andar sala 2 CEP 18600. **Campinas:** Rua Senador Sarilva, 448 Fone 2-6345 CEP 13100. **Mariília:** R. Dom Pedro 180 CEP 17500. **Osasco:** Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20 2º andar, sala 12 CEP 06000. **São Carlos:** Av. São Carlos, 2119 Caixa Postal 533 CEP 13580. **Taubaté:** Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 CEP 12100. **São José dos Campos:** Rua Vilaça, 195 1º andar sala 19 CEP 12200. **Guarulhos:** R. Pe. Celestino, 42 sala 8 2º andar CEP 12200
SERGIPE — Aracaju: Rua Itabaiana, 145 sala 104 CEP 49010

A Tribuna Operária é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição: Past-up, Fotolitos e Impressão: Cia. Editora Jorjês. (Fone: 815-4999) São Paulo SP.

UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA

1500 delegados com muita raça e vibração: é o 4.º congresso da UJS

“Força que cresce, aqui é a UJS”. Assim, os 1500 jovens da União da Juventude Socialista saudaram o início dos trabalhos de seu 4.º Congresso realizado nos dias 28, 29, 30 e 31 do mês passado, na cidade de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro. Atualmente com mais de 30 mil filiados no país, a UJS mostrou neste encontro muita garra e tenacidade, levantando as bandeiras de luta da juventude brasileira como o voto aos 16 anos, diretas 88, reforma agrária antilatifundiária, serviço militar opcional, saúde e educação para todos e maior apoio ao esporte e à cultura nacional. Com 4 anos de vida, a UJS reuniu delegados de todos os Estados da federação, além de convidados estrangeiros de Portugal, Canadá, Inglaterra, Nicarágua e dos palestinos, representados pela OLP (veja quadro abaixo). A nota lamentável ficou por conta da restrição imposta pelo governo brasileiro à delegação de jovens albaneses que não receberam visto de entrada para participar do congresso da UJS. Houve repúdio generalizado de vários partidos e organizações democráticas, inclusive do Partido Comunista do Brasil — PCdoB — que através de documento divulgado na semana passada condenou esta atitude do governo Sarney com um país como a Albânia, que mantém relações normais com o Brasil. No texto, fica claro que a posição oficial se enquadra dentro da política de retaliação que o Palácio do Planalto tenta impor por tabela aos seus opositores.

OS OBJETIVOS DA ENTIDADE

Rovilson, paulista que já foi presidente de entidades secundaristas regionais e da UBES, foi eleito coordenador geral da

UJS e explica que o movimento se volta para os milhares de operários, camponeses, estudantes, artistas, intelectuais da cidade e do campo, congregando os jovens dos 12 aos 29 anos. “A UJS tem como lema A VIDA SERÁ NOSSA BARRICADA, e pretende fortalecer a juventude para que seja combativa e unitária, lutando sempre pela democracia e o socialismo”, diz Rovilson. Paulo Rattes, prefeito de Petrópolis que recebeu o congresso da UJS, fornecendo a infra-estrutura para que pudesse ser realizado com êxito, declarou-se orgulhoso pelo município ter sido escolhido como sede do evento.

Intercalando as discussões dos grupos de trabalho formados para aprofundar diversos aspectos dos problemas da nossa juventude com atividades culturais e esportivas, o encontro contou em todos os momentos com muita animação. Vários temas foram abordados, como a sexualidade, educação, drogas e cultura. Também foram formados grupos que debateram a atuação da entidade junto aos secundaristas, universitários, e no movimento de bairros. Além disso, foi objeto do congresso a situação política do Brasil, a política mundial e a perspectiva revolucionária, tendo a sociedade socialista como estratégia final da entidade. Para isso, a UJS pretende implementar cursos de formação política, filosófica, social, econômica e cultural, interligando essa questão com a realidade brasileira. Apolinário Rebelo, coordenador geral da UJS até o congresso, fez o balanço do trabalho do movimento e constata o crescimento da entidade. Segundo ele, “com o fim do regime militar a juventude sempre buscou so-



Durante quatro dias, os delegados se reuniram em várias comissões de trabalho para tratar de temas específicos, depois sintetizados nas assembleias plenárias e elegendo a nova coordenação da UJS.

lução para seus problemas gerais e específicos, procurando participar em massa das campanhas populares por eleições diretas e por uma constituinte democrática e progressista. Ponto alto desta atividade foi a conquista na Comissão de Sistematização da Constituinte do direito de voto aos 16 anos”.

Ao lado de todas estas questões, o congresso apresentou várias manifestações culturais, como a peça “Pedro e o capitão”, do poeta uruguaio Mario Benedetti, que além de escritor e ex-exilado é jornalista e ativista de Frente Ampla em seu país. Na peça, se estabelece um diálogo que reflete a relação entre torturador e torturado. A delegação de Goiás, apresentou um show de capoeira, de mestre Zumbi, e apresentaram o desastre do céu, através de poemas e esquetes, dedicando o espetáculo à Leide das Neves, a pequena vítima da irresponsabilidade do Governo. A delegação de São Paulo, a de maior número, apresentou um diálogo e poemas sobre a segregação racial e prestou uma sentida

homenagem a Henfil. No encerramento, foi realizado um show na praça da Liberdade, onde estiveram presentes a cantora Titani, Claudio Nucci, Ricardo Petraglia e jovens artistas das delegações de São Paulo, Pernambuco e Santa Catarina.

A CRIATIVIDADE PRESENTE

Para se contrapor aos riquíssimos leilões de gado que a UDR vem realizando em vários pontos do país, a UJS promoveu um leilão de galinhas, simbolizadas por Sarney, e de patos, representados por Ronaldo Caiado, que foi um sucesso, onde também foram denunciadas as prisões de secundaristas em manifestações e atos públicos contra a UDR. O comitê de defesa da brasileira Lamia, presa nos cárceres israelenses, lá esteve, pretendendo levar a todos os Estados sua denúncia como forma de pressão junto às autoridades governamentais pela volta de Lamia ao Brasil. A representante dos jovens trabalhadores de Xinguara, relatou ao congresso que a UJS em sua região, em apenas 3 meses de existência, já conta com 300 filiados, tendo muita luta pela frente, como é o caso de jovens massacrados pela milícia de Manoel de Sá. Indagada se não tinha medo de morrer, já que lideranças de seu sindicato têm sido assassinadas, ela disse pensar nisso, mas que é consciente da necessidade de lutar para reverter este quadro de violências inauditas contra os jovens.

Momento alto dos trabalhos do congresso foi o ato público que se realizou pelas eleições diretas em 88 e pelo voto aos 16 anos na noite do dia 29. Várias personalidades e entidades democráticas sindicais se fizeram presentes, como o prefeito de Petrópolis, Paulo Rattes, Roberto Soares, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do RJ, Valdir, do Sindicato dos Metalúrgicos de Petrópolis, Elza Monerat, da Coordenação da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos no Araguaia, mãe, irmãs e sobrinhos de Paulo Fonteles, assassinado no Pará pela UDR, Ana Maria Rocha, da revista Presença da Mulher, Maria Dolores do diretório regional do PCdoB e o presidente nacional deste partido, o veterano dirigente comunista João Amazonas, saudado por todos com a palavra de ordem: “Para avançar a unidade popular/ tarda mas não falha/ aqui está presente a juventude do Araguaia”. Amazonas elogiou a alegria e o entusiasmo, a vibração cívica e socialista dos jovens ali presentes. Falou também dos dois brasis: o dos representantes reacionários que não corresponde à realidade

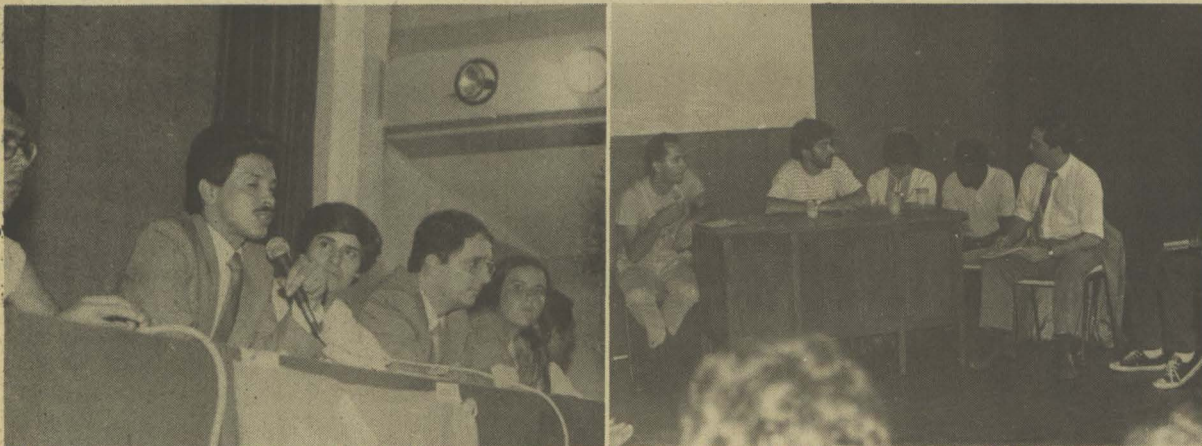


Fotos: Aguilardo Zordenoni

de do povo, e o outro, adormecido mas não silencioso, que anseia por uma pátria livre das multinacionais, da política de corrupção e entreguismo, alertando: “Não brinquem com o povo brasileiro, ele saberá buscar o seu caminho”. Propôs enterrar o cadáver que se encarna no Palácio do Planalto e desencadear uma grande campanha nacional para que simbolicamente chutemos o traseiro do Sarney. Inúmeros telegramas de apoio foram recebidos, enviados por Affonso Camargo, Moema Santiago, Alceu Colares, Miguel Arraes, Jamil Haddad, Pompeu de Souza, Moreira Franco, Audilio Leite, Hermes Laranja, Edison Adriano, Edmilson Valentin, Lidice da Mata, Alvaro Dias, Paulo Ramos, entre outros. A deputada federal Jandira Feghali, como ex-filiada da UJS, destacou a importância da integração e troca de experiências entre os participantes do congresso.

Ao final do congresso, foi eleita a nova coordenação nacional da UJS, com o objetivo de ampliar e fortalecer a entidade, dando continuidade à direção anterior. Foram eleitos coordenadores regionais: Pingarilho (Pará), Cleber Santos (Nordeste) Joaquim (Sul), Marcia (Centro-oeste), Sueli (Leste), André Laroca (Esportes), Júlio (Bairros), Roberto (Sindical), Sandra (Ecologia), Elder (Finanças), Flávio (Assuntos internacionais), André (Cultura), Patricia (Assuntos do menor), Apolinário (Imprensa) e Rovilson Brito, coordenador geral da UJS. Rovilson, representando toda a direção eleita, se comprometeu a propagar as idéias da UJS e não abandonar o estudo do socialismo científico, dizendo que este 4.º congresso marcou uma profunda organização da juventude brasileira, disciplina forjada nas fábricas e escolas, na cidade e no campo.

(Sonia, do Rio de Janeiro)



Estiveram presentes delegações da Inglaterra, Canadá, Portugal, da Nicarágua e da OLP.

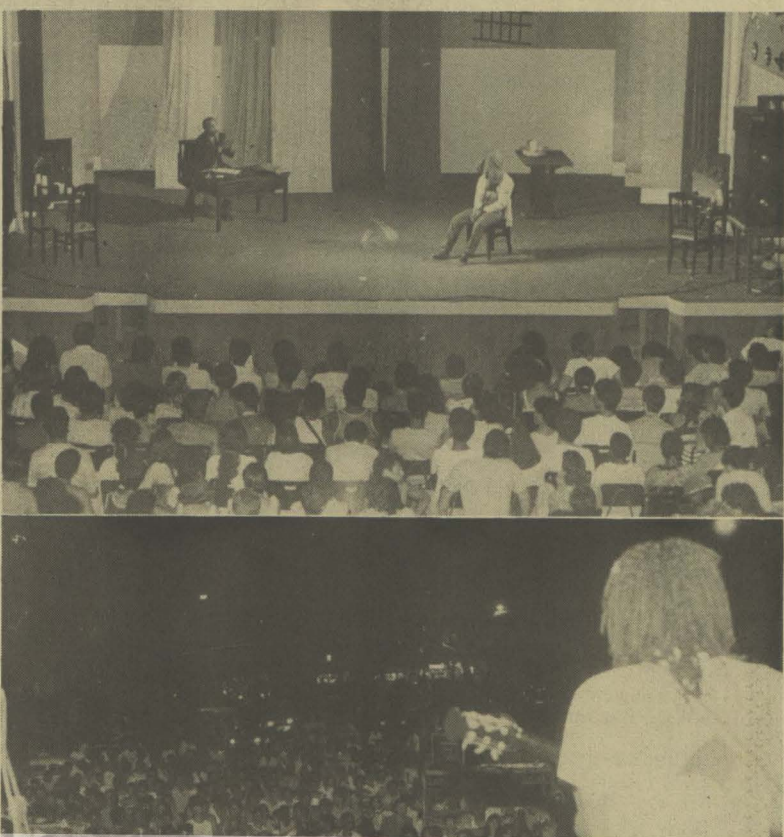
Estrangeiros relatam experiências

Os membros das delegações estrangeiras participaram ativamente das discussões, trocando experiências e fazendo um relato da luta dos jovens em seus respectivos países. Na Inglaterra, os jovens socialistas ampliaram o trabalho junto aos estudantes e operários, segundo o representante inglês, que é natural da Jamaica. Ele denunciou a opressão em que vivem as colônias inglesas, ironizou a democracia de Margaret Thatcher, e afirmou que existem mais de 1 milhão de jovens desempregados em seu país. Em Portugal, os comunistas lutam para criar uma organização ampla de massas que abrigue o profundo descontentamento que grassa na juventude portuguesa em relação aos políticos burgueses, procurando saídas e meios para garantir uma perspectiva pa-

ra o futuro. Os delegados portugueses consideraram o exemplo da UJS significativo na questão de como organizar a juventude e suas lutas. Já o representante canadense desmistificou a idéia propagada pela imprensa burguesa de que o Canadá é um paraíso, mostrando como o governo canadense é dependente dos Estados Unidos. Neste sentido, a movimentação dos jovens canadenses tem se voltado contra as bases norte-americanas instaladas em seu território e contra os navios de guerra americanos e soviéticos estacionados em portos canadenses.

O representante da juventude nicaraguense fez uma explanação sobre como os jovens sandinistas participam do processo revolucionário na Nicarágua. E, por

fim, o delegado representante da Organização pela Libertação da Palestina — OLP — também interveio nas discussões, destacando o papel da juventude palestina nos embates contra as milícias israelenses, sem dúvida, o maior contingente na resistência do povo ante todo o tipo de barbaridades que não poupam nem as crianças. Ovacionado no congresso aos gritos de “OLP, estamos com você!”, o palestino informou aos presentes sobre a retaliação que a representação diplomática brasileira (atualmente em visita à faixa de Gaza) sofreu nas regiões ocupadas. Todos os representantes estrangeiros repudiaram veementemente a atitude do governo brasileiro de não permitir a entrada da delegação albanesa para participar deste 4.º congresso da UJS.



Peça de teatro, apresentações de dança e música, poesias e outras manifestações artísticas integraram os delegados do congresso.

Fundação Maurício Grabois

Fotos: Aguilardo Zordenoni